

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 352.2, 367 a 371/2011 2

Atos Legislativos

Autografo Projeto de Lei nº 034/2011 2

Requerimento nº 032/2011 3

Indicação nº 051/2011 3

Ata da Comissão de Industria, Comércio e Turismo 3

Ata da Comissão Especial - Resolução nº 006/11 13

Ata da Comissão Especial - Resolução nº 006/11 15

Ata de Audiência Pública - Resolução nº 006/11 18

Ata da Comissão Especial - Resolução nº 003/11 22

Atas da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. 23

Ata das Comissões Permanentes em Conjunto 24

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

 Rua Coronel Pinto, esquina com a Av. Ville Roy, nº 524 - Centro
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

 VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

EXPEDIENTE

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
R E S O L U Ç Ã O Nº 352.2/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **FRANCISCO DOS SANTOS SAMPAIO**, para a cidade de Brasília-DF, no período de 28.05 a 31.05.2011, aonde o mesmo participará de Audiência Pública na Comissão de Segurança Pública na Câmara Federal e instalação da Frente Parlamentar da PEC-300, na qualidade de representante de Roraima, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 27 de maio de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO
3º Secretário
R E S O L U Ç Ã O Nº 367/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
1º RETIFICAR a Resolução nº 366/2011, publicada no Diário da Assembleia, Edição nº 1115, de 02 de junho de 2011, que autorizou o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**, para a cidade de Manaus-AM, no período de 01.06 a 06.06.2011, **sendo que a saída ocorrerá a partir das 14:15 do dia 01.06.2011.**
2º Onde se lê: no período de 01.06 a 06.06.2011, **sendo que a saída ocorrerá a partir das 14:15 do dia 01.06.2011. Leia-se:** no período de 02.06 a 06.06.2011, **sendo que a saída ocorrerá a partir das 14:15 do dia 02.06.2011.**

Palácio Antônio Martins, 02 de junho de 2011

Deputada FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
Presidenta em Exercício
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO
3º Secretário
R E S O L U Ç Ã O Nº 368/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**, para a cidade de Cuiabá-MT, no período de 02.06 a 04.06.2011, **sendo que a saída ocorrerá a partir das 14:15 horas do dia 02.06.2011**, aonde o mesmo participará da 1ª Reunião do Parlamento Amazônico de 2011, com ônus para este Poder, no tocante a 01 (uma) diária.

Palácio Antônio Martins, 02 de junho de 2011

Deputada FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
Presidenta em Exercício
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO
3º Secretário
R E S O L U Ç Ã O Nº 369/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**, para a cidade de Cuiabá-MT, no período de 02.06 a 04.06.2011, aonde o mesmo participará da 1ª Reunião do Parlamento Amazônico de 2011, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 02 de junho de 2011

Deputada FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
Presidenta em Exercício
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO
3º Secretário
R E S O L U Ç Ã O Nº 370/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento das servidoras **MARIA SUELY MENDONÇA DOS SANTOS** e **MÁRCIA VAZ CARDOSO**, **Assessoras Parlamentar**, para o município de Caracarái, no período de 02.06 a 08.06.2011, aonde as mesmas irão colher subsídios para criação de novos municípios, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 02 de junho de 2011

Deputada FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
Presidenta em Exercício
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO
3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 371/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento dos servidores **ZENILDO DE OLIVEIRA, SUELY SILVA e JHENNIFFER JIRRANN MACIEL DE LIMA, Assessores Parlamentar**, para o município de Rorainópolis, no período de 02.06 a 11.06.2011, aonde os mesmos realizarão visitas e inspeções nas estradas, verificando a trafegabilidade das vicinais daquele município, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 02 de junho de 2011

Deputada **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**

Presidenta em Exercício

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**

3º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

AUTÓGRAFOS-PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 034/11

Fixa o índice de revisão geral anual, exercício 2011, preceituada no art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988 e art. 20-C da Constituição Estadual, c/c art. 1º da Lei nº 769, de 05 de abril de 2010, para as remunerações, salários, subsídios, proventos e pensões dos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas, do Poder Executivo da Administração Pública Direta e Indireta, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fixa o índice de revisão geral anual, exercício 2011, prevista no art. 37, inciso X, da CF/88 e art. 20-C da Constituição Estadual, c/c o art. 1º da Lei nº 769, de 05 de abril de 2010, no percentual de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), para as remunerações, salários, subsídios, proventos e pensões dos servidores civis e militares, ativos, inativos e pensionistas, do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

Parágrafo único. A revisão geral prevista no caput deste artigo compreende os servidores públicos ocupantes de cargos efetivos, comissionados e função de confiança da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

Art. 2º A revisão geral prevista nesta Lei será compensada na hipótese de concessão de reajustes salariais, no exercício de 2011, a determinada categoria de servidores.

Art. 3º As despesas decorrentes da edição desta Lei correrão à conta das dotações próprias, consignadas no Orçamento do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 2011.

Palácio Antônio Martins, 02 de junho de 2011.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **REMÍDIO MONAIS**

2º Secretário

Dep. **MARCELO CABRAL**

3º Secretário

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 032

Excelentíssimo Senhor

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente da ALE/RR

Senhor Presidente

O Deputado que a esta subscreve, em conformidade com o

parágrafo único, inciso I, alínea “b”, do artigo 192 e inciso IV do artigo 194 c/c inciso XVII do artigo 196, ambos do Regimento Interno desta Casa, REQUER de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, a criação da “Frente Parlamentar Rural”, visando a análise, proposição e defesa de matérias que envolvam as áreas de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de forma a atuar diligentemente em prol do desenvolvimento de tais setores no Estado de Roraima.

Boa Vista-RR, 02 de junho de 2011.

Cordialmente,

ERCI DE MORAES

Deputado Estadual

INDICAÇÕES

Gabinete da 3ª Vice Presidência da ALE

INDICAÇÃO Nº.051/2.011

O Deputado que a esta subscreve, com amparo no Artigo 202, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Roraima, a seguinte indicação:

A CONSTRUÇÃO DE 9 QUILÔMETROS DE REDE ELÉTRICA NA VICINAL 2, DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PAREDÃO, MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE, UMA VEZ QUE A ENERGIZAÇÃO DESSA VICINAL FOI INICIADA, MAS ATÉ O PRESENTE MOMENTO NÃO FOI CONCLUÍDA. ESSE ATENDIMENTO BENEFICIARÁ CERCA DE 40 FAMÍLIAS DE PRODUTORES RURAIS.

JUSTIFICATIVA

NO PROJETO DE ASSENTAMENTO PAREDÃO, no Município de Alto Alegre, grande parte das vicinais foram beneficiadas com o Programa do Governo Federal “Luz para Todos”, mas esse benefício não chegou à casa de todos os produtores rurais. Na Vicinal 02, por exemplo, 40 famílias não se beneficiaram desse bem público, que certamente, levaria conforto, cultura, informação e bem estar aos cidadãos moradores dos 9 quilômetros da estrada da vicinal em apreço, e que necessitam urgentemente desse serviço, para a conclusão da rede de energização desse pólo produtor do município de Alto Alegre.

Diante do exposto, Irmanamo-nos aos produtores rurais da comunidade do P.A. PAREDÃO, Vicinal 02, e formulamos o presente instrumento reivindicatório ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima, para estudar a viabilidade do atendimento, bem como, incluí-lo no seu plano de ação, uma vez que são 40 famílias brasileiras que clamam por esse benefício.

Sala das sessões, 31 de maio de 2011.

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA

Dep. Estadual e 3º. Vice Pres.da ALE/RR

ATAS COMISSÕES

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, REALIZADA NO DIA 03 DE MAIO DE 2011 .

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às quinze horas e vinte minutos, no Plenário Valério Calda de Magalhães desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião desta Comissão, traçar metas de trabalho, para a qual foram convidados os Senhores **Francisco Derval Rocha Furtado**; Diretor do Departamento do Comércio Exterior; **Kildo de Albuquerque Andrade**, Diretor Regional do SESC; **Antônio Airton Oliveira Dias**, Presidente da FECOR e do SEBRAE/RR; **Laerte Eloi Oestreicher**, Presidente das Câmara de Comércio Brasil-Guiana; **Jadir Corrêa da Costa**, Presidente da Associação de Comércio e Indústria de Roraima; e **Rivaldo Fernandes Neves**, Presidente da Federação da Indústria do Estado de Roraima, sob a Presidência do Senhor Deputado Brito Bezerra, **com presença dos Senhores** Deputados Erci de Moraes, Gabriel Picanço e Rodrigo Jucá, Membros titulares. Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra.

I – ABERTURA DA REUNIÃO

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Havendo quorum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão. Solicito à Secretária desta Comissão, proceder à leitura da Ata da reunião anterior.

II– LEITURA DA ATA

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Solicito a dispensa da leitura

da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão, para conhecimento do seu teor.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Colo a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeto a votação. Informo que a Ata foi aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão.

III- EXPEDIENTE (Não houve). IV- **ORDEM DO DIA** O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Comunico aos Senhores Membros que foram convidados para participar desta reunião os Senhores Francisco Derval Rocha Furtado; Diretor do Departamento do Comércio Exterior; Calina Velnecker (representando o Senhor Kildo de Albuquerque Andrade, Diretor Regional do SESC); Antônio Airton Oliveira Dias, Presidente da FECOR e do SEBRAE/RR; Laerte Eloi Oestreich, Presidente das Câmara de Comércio Brasil-Guiana; Jadir Corrêa da Costa, Presidente da Associação de Comércio e Indústria de Roraima; e Rivaldo Fernandes Neves, Presidente da Federação da Indústria do Estado de Roraima: para, juntos traçar as metas de trabalho desta comissão. Solicito aos Senhores que fizerem o uso da palavra que falem ao microfone, pois esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição em Ata. Bem, Senhoras e Senhores, como Presidente desta Comissão de Indústria, Comércio, Turismo, agradeço, a presença dos Membros, Deputados Rodrigo Juca, Erci de Moraes e Gabriel Picanço e a todos os Senhores e Senhoras que se fazem presentes. Acredito que nós estamos no momento em que devemos tomar providências para que nosso Estado realmente comece a se desenvolver, e uma das grandes saídas para o nosso Estado além do setor produtivo, Doutor Laerte, nós temos que industrializar e comercializar, gerar postos de trabalho, Deputado Rodrigo Juca. O turismo também faz parte desta Comissão, é uma das saídas para nosso Estado, nós temos potencialidades, atrativos fenomenais na questão do turismo, precisamos trabalhar política para atrair pessoas para explorar o turismo no nosso Estado. Explorar, é claro, de maneira a atender as Legislações, ou seja, a Ambiental, que nós possamos aqui divulgar todas as nossas potencialidade e criar uma infraestrutura para atender bem esses potenciais clientes no setor turísticos, é uma das saídas. Também faço parte da Comissão de Agricultura, no meu ponto de vista, nós precisamos primeiro produzir, depois de uma produção em grande escala nós possamos industrializar e aí comercializar produtos nossos aqui do Estado, produzindo, industrializando, e comercializando aqui. Após atender a nossa demanda que é muito pequena não é difícil atender a nossa demanda. E quando começaremos a exportar, aí, sim, nós teremos uma economia, mais fortalecida, e possamos sair do contracheque, que há tempo está fracassada. Nós só temos uma matriz econômica, é essa do contracheque. Precisamos montar outra. Então, eu conto com ajuda dos Senhores, e esta comissão está à disposição para que possamos juntos traçar essas metas, buscar um objetivo e tirar do papel para prática fazendo jus aos nossos salários. Assim, as expectativas que foram depositadas em nós, os Parlamentares, são depositadas em vocês empresários e os demais que fazem parte do Poder Público. Eu gostaria de, antecipadamente, como Presidente da Comissão, falar de alguns trabalhos que já pleiteei na área do comércio, pleiteei uma indicação, chama-se desoneração fiscal do CMS na sexta básica, foi uma indicação, uma matéria de competência do Legislativo e do Executivo, nós identificamos trinta itens da sexta básica e pleiteamos uma indicação para que possa ser reduzido o ICMS de dezessete para sete por cento dos produtos na sua saída, foi um dos projetos já feito por este Parlamentar. Fiz outro na questão do turismo que dispõe sobre a prática do turismo de aventura no Estado de Roraima e dá outras providências, ou seja, a prática do turismo de aventura no nosso Estado ainda não está regulamentada. Esse projeto foi elaborado e apresentado, tramitou nas Comissões na semana passada. Como acredito muito no turismo, acredito também que, se regulamentado, as empresas que prestam este tipo de trabalho tem que prestar também junto com os órgãos oficiais, junto com o Corpo de Bombeiros, garantir segurança para os clientes desta prática, pleiteada por este Parlamentar. Acredito, Doutor Laerte e demais Deputados, Senhoras e Senhores, eu tenho uma pauta da nossa reunião para discussão, a flexibilização tributária no nosso Estado tem que existir. Doutor Laerte, há tempos que eu participo da iniciativa privada e vejo o Poder Público reclamar de dinheiro, que não tem recursos, hoje eu faço parte do Poder Público, e continuo acreditando que os recursos existem, que o nosso problema é de gestão, aqui não falo nem preciso seja qual governante for, eu acredito que nós como Poder Público, agora, possamos traçar esses objetivos e metas, gerir melhores recursos públicos. O nosso problema não é de arrecadação, mas de gestão, precisamos assinar, ter um trabalho bem feito, bem

conceituado para atender as demandas do nosso povo. A questão do piso com fins, também, dentro da questão tributária, o incentivo à indústria, Rodrigo Jucá, eu acabei de comentar agora com o doutor Laerte e demais presentes, a instalação no nosso Estado de uma grande indústria cujo investimento é de dez a doze milhões de reais, que serão disponibilizados por empresários locais, esses recursos são próprios e vão gerar emprego e renda no nosso Estado, nós precisamos identificar quais seriam ou qual será a contrapartida do Estado no sentido de alargar aí os incentivos, já que esses recursos são próprios que vão gerar empregos e rendas, e que é um pleito do setor privado. O Distrito Industrial precisa, o Doutor Laerte levantou a questão da queda de energia, nós precisamos traçar algo para que possamos resolver essa problemática toda. A questão da pesca esportiva, nós estamos trabalhando juntos, e quanto ao potencial turístico da serra do tepequem, nós precisamos trabalhar também muito essa questão do turismo. Eu vou agora facultar a palavra aos Senhores, e ao fazerem uso da palavra falem ao microfone pois essa reunião está sendo gravada, para transcrição da Ata na íntegra. A palavra está facultada para quem queira fazer o uso.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Eu gostaria de registrar a presença do Senhor Geraldo do Sindicato dos marceneiros, é muito importante sua presença, seja bem vindo, senhor Geraldo.

Deputado Rodrigo Jucá - Gostaria de saudar todos, em especial, o Presidente da Comissão Deputado Brito e os demais Membros, saudar todos os amigos aqui presentes, empresários e empreendedores, que acolheram o convite para hoje estarem aqui neste primeiro debate nosso, saudar o vice-presidente do SEBRAE o senhor Jadir Corrêa, com quem eu tive a oportunidade de conviver aí durante alguns anos, naquele nobre conselho, ilustre conselho SEBRAE Roraima. Deputado Brito, esta Comissão vai ter nos próximos anos uma importância diferente do que houve no passado. Hoje a gente sente nas ruas, em conversar com os empresários ou com populares, o Estado de Roraima, chegou ao momento de estrangulamento, já não existe mais o que fazer, permanecendo as coisas do jeito que estão, hoje existe uma falta de capacidade muito grande de gerar empregos. Na semana passada eu analisava o orçamento do exercício 2011, do Estado, nós não participamos da construção do orçamento. Então, pegar um resumo do orçamento para dar uma olhada, e no quadro de despesas, de receitas apontado pelo governo não existe um único real advindo de receitas industriais. Então, esse comunicado que você fez na Comissão é extremamente importante, e diante dessa realidade que vivenciamos aqui, apresentei uma indicação na Casa, para que esta Comissão deixe de ser só Comissão da Indústria, do Trabalho e do Turismo, porque por traz da indústria, comércio e turismo existe o trabalho. Antes essa Comissão se chamava Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, mas não existe na Casa nenhuma Comissão instituída para discutir o aspecto do trabalho. Sabemos que hoje já existe por parte do Governo do Estado, um estudo sendo feitos para apresentação de geração de empregos e rendas. Eu quis que a Assembleia se antecipasse a isso, criando a Comissão do trabalho, para que quando fosse encaminhado esse projeto para cá fazer com que esse projeto passe por esta Comissão, acho que precisamos discutir isso porque o Governo do Estado não tem, não estou me referindo à gestão do Anchieta, não, mas no governo do Estado de Roraima com seus vinte anos de estruturação não tem a experiência e esperteza para desenvolver programas de geração de emprego e renda, porque nunca fez isso na sua história. Mas houve aqui no nosso Estado um programa bem feito e bem sucedido sobre geração de emprego e renda. Então, vai ser encaminhado para a Assembleia, espero que seja, que o Governo não faça isso por decreto, que faça por Projeto de Lei, e um Projeto de Lei eu tenho certeza que tanto a minoria quanto a maioria vão dar regime de urgência a ele. Mas que esta Casa tenha a oportunidade também Deputado Gabriel, de discutir, um assunto que é mais importante hoje aqui para nosso Estado. Hoje se fala muito no assunto da saúde, mas a geração de emprego e renda é mais importante, inclusive, o debate da saúde, porque, quando as pessoas melhoram de qualidade de vida, demandam menos o sistema público de saúde. Então, para que agente comece a diminuir essa demanda é preciso melhorar a qualidade de vida dos cidadãos daqui do nosso Estado. Então, hoje, nós temos essa responsabilidade, o compromisso de discutir a geração de emprego e renda aqui em Roraima. Emprego que vai ser gerando por uma indústria que vai ser construída, um parque industrial que no futuro, se Deus quiser, vai ser construído, vai ser gerado pela produção agrícola e outras mais. É realmente importante que agente possa avançar, eu fiz questão de fazer parte desta Comissão, por acreditar na iniciativa

privada, pela experiência que já tive em conhecer a todos vocês, saber que juntos podemos realmente construir, dar um passo adiante. Então, fiz questão de estar aqui ser Membro desta Comissão, composta também por empresários bem sucedidos aqui do nosso Estado, como é o caso dos Deputados Brito, Gabriel e o Doutor Erci também. Então, sei que daqui vão sair boas ideias, temos a obrigação de conquistar isso. Eu recebi do nosso Presidente Chico Guerra, a missão para desenvolver em setembro um Simpósio, do mesmo jeito que aconteceu o Simpósio da Saúde, será o Simpósio da Educação e da Segurança Pública. Em setembro, nós realizaremos o Simpósio para tratar do desenvolvimento econômico de Roraima. Então, o Presidente Chico Guerra me passou a missão de ajudar na área técnica da casa a desenvolver esse Simpósio. Tenho certeza que a gente vai debater muito isso aqui nesta Comissão ainda com a presença de todos vocês. E que esse simpósio vai trazer boas coisas. Deputado Brito, outra coisa, gostaria de solicitar de Vossa Excelência, como Presidente da Comissão, pedisse ao Governo, que em junho, deverá encaminhar para esta Assembleia o novo PPA. O PPA em vigor se encerra este ano. O Plano Plurianual do Governo está em vigor desde 2008, e encerra este ano 2011, agora este ano, aprovaremos um novo PPA de 2012 e 2015, e tenho certeza que é do entendimento de todos que já passou da hora de Roraima ter uma Secretaria de desenvolvimento econômico, que hoje nós não temos, e seria extremamente importante que no PPA, a ser encaminhado para esta Casa, constasse a existência de uma Secretaria de Desenvolvimento econômico. Então, acredito que o Governador Anchieta deveria remeter a esta Casa, é de iniciativa e competência dele de remeter a Casa um projeto, uma portaria de criação de uma Secretaria de Desenvolvimento econômico, para que mesmo que não seja criada em 2011, mas que haja previsão legal de sua criação que possamos aprovar o PPA de 2012, que se possa contemplar uma Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com recursos em 2012. Essa Secretaria é fundamental para Estado, hoje. A SEPLAN tem avocado algumas competências com a dedicação dos seus técnicos, mas não tem sido suficiente. Está certo, porque não adianta você tratar de desenvolvimento econômico em nível técnico, em segundo, terceiro ou quarto escalão, o desenvolvimento econômico precisa ser tratado em primeiro escalão e precisar ter alguém que todo dia pense só nisso. Então gostaria de sugerir a Vossa Excelência que encaminhe um Ofício ao Governador Anchieta, pedindo que ele remeta a Casa um projeto que crie essa Secretaria, está certo? Por que isso é uma demanda que vai satisfazer a todos nós, e vai trazer um pouco de alento aos empresários, sei que é um local onde o empresário vai poder ser recebido, levar seus problemas, debater suas questões e já existem muitas estruturas que vão poder ser contempladas aí dentro. Hoje já existe Departamento de Comércio e Exterior, Departamento de Relações Internacionais, hoje já existe o Fórum permanente da Micro e Pequena Empresa que também pode vim para dentro dessa Secretaria, enfim, hoje já tem muita coisa dentro do Governo, mas não existe a priorização política do desenvolvimento econômico, e se fosse preciso cobrar isso do Governo, já passou da hora, já deveria ter uma Secretaria dessa há dez anos. Mas nunca é tarde para começar. Então, agora é o momento, acredito que o PPA já é um momento importante para gente prever recursos para o desenvolvimento econômico do Estado de Roraima. Então, saúdo a todos, podem contar com esta Comissão, com esta Casa porque há consenso em quem empregar, é consenso nos entes públicos, é consenso também para quem está desempregado. Roraima não pode mais ficar do jeito que está é preciso fazer alguma coisa, então, agradeço a oportunidade.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Deputado Rodrigo Jucá, gostaria de salientar, Deputado Gabriel, Ercy de Moraes, nós precisamos muito de sugestões de todos vocês, acredito até mais importante do que a nossa presença, como Parlamentares, é a presença de vocês pelas sugestões que vocês possam nos passar para que se transforme em indicações, transforme em projeto que a gente possa operacionalizar. Estou estudando um Projeto Chamado regionalização da merenda escolar, existe um da municipalização da merenda escolar que foi pleiteada pelo Governo Federal, mas gostaria que a regionalização da merenda escolar acontecesse, porque todo o consumo das escolas, sejam elas Municipais ou Estaduais, fosse de produtos, cultivados e industrializados aqui. Hoje nós já temos produtos que podem atender essa demanda, temos aí hortifrutos em geral produzidos aqui em nosso Estado, suficiente para atender essa demanda, aqueceria nossa economia, geraria emprego e renda no campo no setor produtivo, industrial e no setor comercial, ou seja, você fecharia essa cadeia com o comércio, através da aquisição pelo Poder Público desses produtos.

A palavra esta de facultada ao Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço - Boa tarde, em nome do Doutor Erci quero cumprimentar a todos os Deputados que fazem parte desta Comissão, em nome do seu Laerte cumprimento os empresários, ao pessoal dos órgãos Públicos do Governo, vou dizer para vocês que sou da iniciativa privada há vinte e cinco anos, sobrevivendo da iniciativa privada, e fomos eleitos com um só propósito de ajudar Roraima e consequentemente o povo de Roraima. Mas ajudar Roraima? Tomar frente das coisas, soluções ou encaminhamento das necessidades que o Estado pode oferecer às indústrias ao seu povo. E assim, como representantes deles, e partindo de nós a iniciativa de criarmos projetos para alavancar o desenvolvimento de Roraima. Eu Gabriel pessoa, cidadão, só acredito no sucesso do trabalho, pois, se não houver trabalho, infelizmente, não existe sucesso. E para que isso aconteça precisamos de vocês, precisamos dos órgãos Públicos do Governo, das empresas que nos ajudem, nos deem oportunidade de ajudar Roraima, a se desenvolver, fornecendo dados consistentes, fornecendo, digamos, incentivos, orientações para que o Estado de Roraima comece a crescer. Peço que desculpem se eu falar alguma palavra injusta. Não sou covarde, não me acovardo diante das dificuldades, não. Sou um cidadão que vim para Roraima sozinho. Hoje, tenho orgulho de dizer aqui está minha família, meus amigos, é esta minha terra. Roraima precisar de homens e mulheres com pensamento como o meu, por que estou dizendo isso? Eu faço parte da Comissão de Agricultura do Estado de Roraima, na qual Doutor Erci, com muito orgulho, é nosso parceiro. Fiz uma indicação ao Excelentíssimo Governador para que ele chamasse para sei a responsabilidade da vacinação contra a febre aftosa no Estado de Roraima. Não foi por paternalismo, para dizer ao Governador para que doe vacina a ninguém, não, não. Só fiz essa indicação que ele subsidiasse para ele conservar as doses de vacina nos Municípios com o grau que é necessário, conforme o Ministério de Agricultura determinar as condições em que a vacina deve ser guardada. E digo isso com conhecimento, seu Laerte, um dia desses fui São Luiz do Anauá, onde me deparei com um cidadão vacinando umas cem rezes, mas a vacina estava num saco, com mais de uma semana pendurada na casa dele. Eu perguntei, por que ele estava vacinando? Ele respondeu que era para não inchar o pescoço do animal. Percebi que ele estava sem nenhuma orientação. E, para minha surpresa, a Presidente da DERR, respondeu indelicadamente, eu não sei se lhe foi mandado dizer que tinha Países que olhavam com maus olhos, se o Governo fosse subsidiar a vacina. Eu nunca imunizaria e for olhado com maus olhos por outros Países. Eu não acredito é como Deputado Brito Bezerra falou ainda agora, que existe falta de dinheiro, existe falta de gerenciamento, falta de gestão. Às vezes se constrói uma praça com vinte milhões, mas não compra dez mil reais de vacina para vacinar um gado. Nós temos que ver onde vai surtir efeito, de onde virá o retorno. Então, tem que ser bem gerenciadas. Os recursos são escassos? São. Mas não são tão volumosos, dá para trabalhar se todos derem as mãos. Eu acredito que vamos chegar a um consenso, a um denominador comum. Agora, se o Senhor Laerte for exportar para Guiana, eu vou exportar para o Pará e o Brito Bezerra para Venezuela, sem acordo nenhum, todos nós vamos quebrar. Se nós não nos unirmos para uma só voz, só uma força, infelizmente, nenhum de nós vai ter sucesso neste Estado. Falo isso porque acredito muito na união, e acredito que do jeito que Roraima nasceu pequeno, hoje é grande aqui estou a trinta e um anos, e tenho certeza que, através da união, será forte. Na verdade, Senhores empresários, e Senhores técnicos, só fui eleito com um propósito de cuidar de Roraima para o desenvolvimento, não fui eleito para estar gerenciando nada para mim, em particular, nem para minha família. Quero trabalhar por Roraima, concluindo o mandato, daqui a três anos, terei orgulho de falar lá está meu quinhãozinho, que cada um faça o seu. Então, agradeço a presença de vocês, e juntos, acredito, vamos obter muito sucesso. Muito obrigado a todos, boa tarde.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – A palavra está com o Deputado Erci de Moraes.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Bem, cordial boa tarde, a todos e a todas, também meus colegas Deputados, Membros desta Comissão, as autoridades da área do Comércio, da Indústria e Turismo aqueles que representam órgãos ligados, enfim a todos os presentes não, vou me alongar porque perderíamos o tempo que quero ganhar, acho que sou o único Membro da Comissão que não sou empresário, se for me definir sou um trabalhador público há mais de quarenta anos, quanto mais envelheço, quanto mais me aproximo da época de pendurar as chuteiras, mais se fortalece em mim a convicção de que nunca

vamos chegar muito longe enquanto tivermos um Estado querendo ser um Estado padrão quando todo processo em desenvolvimento. Acredito sim na eficiência da iniciativa privada e acho que o nosso papel, como homens públicos, principalmente, agora, na política, é fazer com que essas coisas aconteçam. Na minha visão, o Estado tem que ter políticas públicas bem estruturadas que deve, apenas, unir todo o processo no seu desenvolvimento, e nunca o concorrente. E não precisar ir longe, todas as nossas tentativas aqui no Estado de Roraima deram em nada pela ânsia que tinham os nossos dirigentes em executar as nossas tarefas. Projetos de irrigação de grandes portes, como se pensava, sonhava, nada disso prosperou, nem o próprio deslanche de culturas, ditas empresariais mas a presença do Estado foi tão forte que isso acabou concorrendo para que essas atividades não prosperassem. Então, acho que agora é um momento para aproveitar, enquanto a gente tem largueza, de sobra e a gente não se preocupa muito com as coisas, só agora que nós temos consciência de que hoje o Estado não tem domínio de todas as aquelas terras que queria ter, que são os limites de suas fronteiras, apenas um quarto disso conquistado recentemente. Então, é o momento de darmos as mãos ao Governo e a iniciativa privada, para tentar extrair disso aí. Eu discordo um pouquinho dos meus colegas que chegaram recente no tocante aqui eles estão convencidos que há dinheiro suficiente para se desenvolver, se promover todas as medidas que o Estado precisa para se desenvolver rápido. Eu não concordo com isso não, pelo seguinte: embora tenhamos volume expressivo de arrecadação federal, esse dinheiro tem enormes limitações. Ele já vem de lá muitas vezes predestinados, ou seja, em outras palavras, no jargão público “carimbados”, dinheiro é vultoso vêm sessenta milhões, porém não é para desenvolver ou, quem sabe, acudir uma área como a Educação, Saúdes que passa por crises enormes, aliam a uma decorrência que ocorre no País, da segurança ou de uma outra atividade. É um dinheiro que vem, por exemplo, para fazer certa obra de infraestrutura, que poderia se passar mais de vinte anos que não chegaria a fazer falta. Mais o Parlamentar não tem culpa disso que está lá atuando, ele vai aonde consegue. Se vocês forem olhar, muitos Parlamentares Federais vão tentar buscar dinheiro, porque às vezes até outros não se interessam na área de domínio militar, no agronorte, polo norte, enfim, de modo que eu entendo que nós precisamos agora mais do que nunca fazer com que as potencialidades do nosso Estado sejam transformadas em realidades produtivas, como é o caso da produção primária, não é só a agricultura, é a pecuária, exploração da nossa floresta de maneira nacional. Porque tudo isso é o potencial que temos algumas atividades na área de criação que se tentou, se induziu o processo que, apenas hoje, desponta como uma atividade importante para o Estado, mas ainda se encontra numa fase amadora, produz bastante mais para consumo interno que é a piscicultura em cativeiro. É o momento de começarmos a pensar a industrializar, produzir filés e vender para o mundo. Eu tive a sorte de visitar Israel no início da década de noventa. É um país de tamanho pequeno que é ameaçado do jeito que é, vive confinado num lugarzinho pequeno, enquanto eles têm a Tilápia como produto de exportação para Europa, para todo lugar. Trata-se de um peixinho que aqui nós até desprezamos, também desenvolvimento a produção de plantas ornamentais, flores não produzidas em áreas grandes de terras, mais em caso de vegetação, num sistema que nem usa o solo, é a cultura que aqui chamamos de hidropônica, lá é chamada de fertilização. Todos componentes são colocados na água e a raizinha se desenvolve ali. Israel é grande exportador de plantas ornamentais para Europa e outros locais. Nós aqui ainda temos muito mas, folga para progredir em toda essa área, de modo é o momento, acredito, que está chegando. Recordo-me que, quando cheguei no território, a grande demanda era que o Estado tinha a potencialidade agrícola, mas não dispunha de tecnologia. Quis o destino, também um pouquinho a gente ajudou. E me tocou essa responsabilidade de implantar aqui pesquisa agropecuária. Hoje, o Estado dispõe de um acervo tecnológico capaz de implementar programa de desenvolvimento capazes de levar o nosso Estado a um outro patamar. Mas, isso tudo não resolve. Nós temos outra coisa que precisamos também que aconteça. Então, é nessa linha que eu acho que agente deve atuar, trabalhar devemos dar às mãos as autoridades públicas, privada para ver o que podemos fazer em termo de desenvolver o nosso Estado, Acredito que a retomada das terras, se for feita, me parece que está feita com serenidade. Desta forma a distribuição dessas terras pode chegar à mão de quem quer e sabe produzir, desde que sejam providos esses requisitos. Os requisitos de o Estado atuar como indutor desses processos naquelas áreas que não são própria de iniciativa privada, por exemplo, sistema viário, a

disponibilidades de energia tudo isso o Governo tem que atuar, mas não no processo produtivo em se é isso que me requer aqui, acho que isso tem que ser proporcionado a condições para que aqueles empresários visando ser empreendedores, é óbvio ganhar dinheiro possam atuarem e com isso produzir riqueza para ir sim o Estado arrecadar e poder ter uma boa saúde, boa educação, uma ótima segurança e assim por diante. Era mais ou menos essas colocações que eu gostaria de colocar que vamos trabalhar junto nessa Comissão a minha disposição de espírito é nessa que eu acredito está por aqui, que é a produção primária, passando pelo processo de valor agregado ou seja, industrializado e comercializado para gerar emprego e renda para nossa sociedade, obrigado.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra - A palavra está facultada a quem desejar.

O Senhor Laert Eloi Oestreich -Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Guiana - Deputado Brito, Presidente; Deputado Picanço, meu amigo da velha guarda Deputado Erci de Moraes, Deputado Rodrigo se ausentou; Seus funcionários, meus respeitos. Deputado Brito, eu fiquei feliz com seu convite, considere como uma obrigação minha atender a sua convocação. Fiquei até emocionado depois de trinta anos de Roraima fazer parte de uma Comissão nesta Casa, que eu muito visitei mas sem aspiração pública, entre parênteses, no qual eu me sinto orgulhoso, deveras, neste momento, estar na presença dos Senhores Deputados. Como eu disse, estou aqui há quase trinta anos, assim como quase todos que chegaram na década de oitenta. Desculpe a palavra grosseira: todos os que chegaram naquela época chegaram “puxando a carrocinha”, inclusive eu. Eu brinco que fui uma exceção “comi no caminho”. Deputado Brito, eu fiz propaganda do seu convite na minha família de tão feliz que fiquei, tão emocionado, inclusive até agora. Mas acordei à noite, pensando o que iria falar. Desculpem a franqueza e a emoção. Mas, o assunto é tão vasto, amigo Erci, Deputado Picanço, que pensei naquele primeiro momento, acho, ficaria para outras reuniões se Deus permitir de nós levarmos avante e eu queria, Deputado Brito, que o Senhor dê esse pontapé inicial, sensacional. Esta é uma das reuniões que eu penso de maior seriedade feita neste Estado, pensando no futuro, visando sairmos do famigerado e ao mesmo tempo abençoado contracheque. Este Estado é uma dádiva de Deus, nós não estamos no fim do mundo, como dizem os sulistas, nós estamos na cabeça do Brasil, estamos lá em cima. No meio do mundo para os estrangeiros. Eu digo que estamos mais perto do estrangeiro do que do Amazonas, enquanto eles estão no verão, nós estamos entrando no inverno, enquanto eles tem uma fase, nós estamos na outra. Isso é uma dádiva de Deus. Eu ouvi com carinho as palavras dos Senhores Deputados. Lamento que o Deputado Rodrigo Jucá esteja ausente, porque discordo dele em algumas coisas. Nós não temos empregos, desculpe temos empregos sim, o que nós não temos é gente para trabalhar. Senhores há mais ou menos quarenta ou sessenta dias fui à SETRABES, onde solicitei cinquenta pessoas para trabalhar, e na outra semana eu queria mais cinquenta, apareceram quatro. Deputado Picanço, neste Estado, não precisa trabalhar para se comer, um pai de família, para alimentar a sua família, não precisa trabalhar nem ser empregado, o Governo dá tudo, de sexta básica à calcinha. Eu nunca vi um pai tão generoso como é o Governo ele nos impede, neste momento, de desenvolver, é chocante. Então, a ideia do Deputado Jucá é sensacional, nós temos que fazer esse pessoal saber trabalhar, conhecer as coisas em total solidariedade. Em seguida, como ele falou com referência à instrução: ensinar esse povo trabalhar, a fazer com que eles queiram trabalhar, infelizmente, isso não existe neste Estado, não se consegue trabalhador, pois ele não necessita trabalhar ele vai ali e ganha tudo. Acho que esta Comissão não deve fazer parte da coisa política, apesar de eu ser simpático à liderança do Governador Anchieta que teve capacidade que nenhum outro Governador teve, dos que o antecederam. Então, foi se aliar ao Governo Federal, e nós temos que estar aliado ao Governo Federal para que não falem as coisas mais importantes e primárias que o Governo nos repassa, como se fosse um, Bom, não tem para quem dar, vai para Roraima, assim mesmo nós precisamos dessas migalhas que vem do Governo Federal. Mas o Governador Anchieta teve a capacidade de se unir ao Senador Jucá para que, pelo menos, tenhamos uma porta aberta do Governo Federal, isto é muito bom para Roraima. Mais voltando à nossa reunião. Eu concordo com Deputado Picanço, sempre achei que a união faz a força, Deputado. O Senhor tem toda razão de querer arregimentar todos nós para chegarmos ao que necessitamos Deputado Erci, eu lembro quando o Senhor também chegou aqui como eu cheguei um pouquinho depois. O fato é que o Deputado Erci malhou, como

secretário, pesquisador, chefe de gabinete, levando pancada de todo jeito, porém sempre com o sorriso nos lábios, e sempre recebendo bem a gente, dando incentivo. A velha guarda está muito bem representada nesta Casa, por Vossa Excelência. Deputado Brito, eu confesso que vim com tantas ideias, e me assuntam outras tantas que ouvi nestes poucos minutos. Diante disso, o seu poder de liderança, chefia neste grupo, não estaria em melhores mãos, por favor, continue com essa liderança. Eu penso que nós temos que nos desligar do contracheque, e partir para algo mais concreto, devem ser dadas condições ao empresariado ter um meta, temos que ter condições de sustentar o futuro deste Estado, com novas iniciativas e empreendimentos, como foi dito aqui na época em que chegamos, e começou a agricultura em grande escala, de mil hectares de soja no primeiro ano e que cinco a seis anos estaríamos com cem mil hectares. Devemos procurar ter o pé no chão, ver a realidade do dia-a-dia e lembrar que somos um Estado distante dos grandes centros, e o que é quatrocentos e setenta mil pessoas, perdão, quatrocentos e quarenta mil, o que é duzentos e quarenta mil eleitores, tem essa população é equivalente a de um bairro de São Paulo, o Governo vai se preocupar conosco? É muito difícil. Então, nós temos que aproveitar todas as oportunidades que o Governo nos der, através dos nossos Deputados, dos nossos Senadores Federais, infelizmente não se convenceram ainda que nós somos Roraima. Não sei, Deputado Brito, se tenhamos forças para solicitar à nossa bancada Federal, à nossa bancada do Senado que suspendam as críticas entre si, pelo menos dois, três, seis meses, e pensem em Roraima. Embora seja essa a finalidade desta reunião, mas sem isso fica mais difícil chegarmos a qualquer lugar. Nós temos assuntos para discutir coisas do dia-a-dia, dos empresários. Os Senhores nem imaginam, eu pago de luz dez mil reais, e pago de demanda quinze mil reais, e o que é uma demanda? Demanda, Senhoras (inaudível) Sou Membro da Comissão da Eletronorte, e sou uma pedrinha na chuteira da eletronorte sempre estou levantando questões. Quanto à demanda, eu sou obrigado a dizer na eletronorte que eu vou gastar cinquenta kwh, por mês na minha indústria, isso custa trinta centavos. Se eu gastar cinquenta, vai ser multiplicado por zero, se eu gastar cinquenta eu vou pagar só trinta centavos por cinquenta, se eu gastar dez eu vou pagar os mesmos cinquenta. Agora se eu passar de cinquenta e seis, ou seja, dez por cento daquilo que eu gastei, vou pagar trezentos por cento a mais. Isso é um assalto à mão armada que o governos nos faz. Quando o governo fez o contrato com a Venezuela para nos alimentar através de Guri, o dólar estava dois e pouco, mas, em compensação, o dólar veio, e hoje é um e cinquenta e seis, mas a conta de energia sobe todo mês e o contrato que eles fizeram a dois e cinquenta e seis naquela época, hoje o contrato foi feito na base de um consumo fixo, mas felizmente perceberam que foi estupidez, logo em seguida, fizeram o contrato e deixaram o contrato sobre o consumo. Então, se hoje nós gastarmos cem mwh, nós vamos pagar cem, nós, desculpe o governo a Eletrobras. Se nós pagamos energia no consumo, então, por que eles nos cobram demandas? E mais, por que nos cobram multas sobre o atraso? Quando isso não existe na Constituição, senhores Deputados, isso são pequenos detalhes. Pouca gente sabe que oneram meu custo, oneram minha produção. E, assim, são coisas que vêm. O Banco do Brasil descaradamente coloca cartazes na porta sobre juros de cheque especial onze a treze por cento, isso são casos de polícia, senhores. Já que estamos falando em melhorar a indústria de Roraima, isso é o principal foco de despesa e sermos assaltados como somos todo dia por esses absurdos cobrados, Fiquei muito feliz, Deputado Brito, com as suas indicações do SIFE para gado, não me diz respeito porque é um negócio que não conheço, Deputado Erci, mas fiquei muito feliz. O Mato Grosso, que há dois anos atrás teve uma crise de febre aftosa, e hoje está limpo, já está exportando carne daqui para a Venezuela, por mês, senhores, passam de quatro a oito carretas de carne para a Venezuela vindo de Mato Grosso, Rondônia etc. Aqui, nós não podemos exportar por causa do SIFE, Pediria, Deputado, que esta Comissão, também, conversasse com o Governador para pegarmos uma pessoa experimentada, que tivesse a sapiência do meu amigo Erci para ir a Brasília de mala e cuia, ficar dentro do Ministério da Agricultura para sair de lá com SIFE. É que o nosso representante do governo chega no Ministério da Agricultura: olha, eu vim ver como está o SIFE de Roraima. Tal dia, dentro de vinte dias vai sair. Ok, muito obrigado, até logo. Passados os três meses, ele volta, e nada. Aí, a senhora diz não, nós tivemos um probleminha, e aquela coisa toda, mas fique certo vai sair. E essa história vai sendo levada, sendo levada. Estou muito feliz, Deputado, pela sua informação, no mês de setembro do ano passado nós tivemos uma reunião das câmaras de comércio na

Venezuela onde um empresário se mostrou interessado em emprestar ao governo local até um milhão de dólares para instalação de um frigorífico e eu levei essa mensagem a um cidadão do governo que tem muita relevância muita força no governo me respondeu: não, isso não é nada não, dentro de sessenta dias o matadouro já estará sendo renovado e aquela coisa toda, nós não vamos ter problemas. Isso foi em setembro, outubro do ano passado, mas como é que você vai querer receber o pagamento de volta não eu quero só comprar a preço do dia, quero a preferência. Neste momento até os senhores vão pagar, mas pagar o preço de mercado, até hoje nada. Então, essa coisa Deputado é de primeiríssima qualidade porque não é só o grande produtor de carne, o aquele pequeno que tem cem cabeças, sessenta cabeças, vai poder vender para a Venezuela? Ou para o mundo lá fora? Sem problema, porque ele aqui está movendo mão de alguns especuladores que não nos diz respeito nem se trata de acusar ninguém, são diversos assuntos que agente tinha pensado, Deputado, e quando chega aqui o problema não é dez, vinte, o problema são centenas. Sua Comissão, penso, tem toda gama, de de competência e capacidade dos membros que os senhores escolheram: Deputado Picanço, Deputado Jucá, Deputado Erci de Moraes e o Senhor. Não quero menosprezar os outros companheiros Deputados dos Senhores, mas acho que o Senhor escolheu a nata de quem pode realmente levar nas costas este Estado. O primeiro empurrão é dos Senhores, o primeiro peso vai ser nas suas costas não tenha dúvida. E isso me deixa tremendamente feliz, tremendamente vaidoso e emocionado, estar na presença dos Senhores Deputados, Senhoras Funcionarias. Momentos significativo e simples, mas pode significar muito ao futuro de Roraima, muito obrigado.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Obrigado, Doutor Laerte, a palavra está facultada a quem quiser fazer o uso.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Geraldo, Sindicatos dos Marceneiros é isso?

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira Sindicato dos Marceneiros – Boa tarde, Senhores presentes, funcionários, colegas industriais, Deputado Erci, Senhor Laert, Deputado Brito pela iniciativa também. Eu estou há dezoito anos em Boa Vista, em conversa com o Deputado Gabriel, meu contrerrâneo de Parintins sobre diversas coisas de Boa Vista, inclusive, comentei com ele que para mim Roraima é a terra prometida, somos vinte e duas pessoas da família e todos conseguiram tirar o diploma de nível superior, todos estão empregados, casa própria, carro, Doutor Erci conhece muito a minha família, família Teixeira lá do Bernardo, Rodrigo Juca também esteve presente, há quatro anos que ele acompanha o nosso trabalho chegamos aqui com uma mão na frente outra atrás. Isso não foi empecilho para que nós pudéssemos crescer e progredir no Estado de Roraima. Então, Senhores, nunca houve essa iniciativa realmente, sempre nós observamos essa precariedade, nesse sentido nunca houve formação de uma Comissão de pessoas interessada em levar realmente os argumentos da indústria, do turismo enquanto o emprego é o essencial, eu comecei com o faturamento bruto de cinco mil reais mensal, após três anos eu passei para vinte mil. Nestes últimos anos, nos modernizamos e conseguimos alavancar uma média de cento e vinte mil reais bruto, em novembro, e dezembro, a gente sempre alavanca duzentos e cinquenta, duzentos e setenta reais bruto. Os dois meses de alavancar recursos, nos geramos em média de dezembro trinta e seis a quarenta empregos diretos de carteiras assinadas. Nos últimos meses para cá reduzimos para vinte e quatro e estamos com mais seis para demitir, vamos ficar simplesmente com dezoito funcionários. Agora, cadê o dinheiro da praça? Não há dinheiro. Os empresários, as pessoas mandam fazer os serviços os empreiteiros não estão recebendo, como é do conhecimento de vocês. Então, esse dinheiro não retorna para os empresários, para as pessoas para que elas possam contratar, e novamente este dinheiro circular no Estado. Então, com isso está gerando débito, no comércio local também não houve faturamento, tudo negativo. Nestes dois últimos meses foi maior o déficit de faturamento nas empresas e comércio local. Eu trabalho direto com crédito, com os empresários a gente compra, revende, não é só, aqui, em Manaus também o setor marceneiro cresceu muito, inclusive, valorização em todos os sentidos, na arquitetura, na engenharia, nas obras, nas construções, a marcenaria se modernizou muito e alavancou muito. Tenho orgulho de dizer hoje que sou marceneiro, sou empresário da atividade, meus filhos têm orgulho de dizer, também a maioria das marcenarias do Estado, os marceneiros são os mesmo de vinte anos atrás continuam no mesmo estado. Por quê? Eu acompanho o trabalho do senhor Laerte há dezoito anos, no Estado, a briga dele com Sindicato com formação sempre reivindicando apoio do governo por melhores condições para que as

peças possam alavancar recursos. Representei o Estado por dois anos na Feira Internacional da Amazônia, me retirei na segunda noite da feira com vergonha, porque no stand do próprio governo, era só para membros do governo.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Geraldo, então a principal demanda do setor seria abertura de linha de crédito?

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira Sindicato dos Marceneiros – Um dos fatores principais, porque têm muitos empresários hoje, que têm lote no distrito que são beneficiados pela comissão de fomento do Estado que movimentam cem mil reais por mês, só tem treze funcionários. As marcenarias movimentam quinze mil reais por mês, mas tem doze funcionários diretos, indiretamente se você for multiplicar quantas pessoas dependem desse dinheiro, que circula nas marcenarias, foi quando vocês tocaram no ponto, nem só trabalhar indústria e turismo, mas emprego. Então, se para gerar emprego não adianta o governo do Estado proporcionar e beneficiar muitas pessoas que geram grandes empregos ou que geram grande valor por ter aparência. Mas, na verdade, quantos empregos tem de carteira assinada sem empresa, portanto, que houvesse uma fiscalização para poder classificar as empresas que realmente geram empregos no Estado. Que as pequenas, médias e grandes empresas tivessem tratamentos diferenciados para que a gente possa conduzir de uma forma mais digna de forma que possamos crescer, alavanca recursos e gerar mais empregos que tanto o Estado necessita. Inclusive, organizar uma formalização que a maioria dessas empresas está na informalidade.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – É a aquisição de matéria prima? Já que nós temos essa problemática ambiental não só aqui mas no país como um todo.

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira Sindicato dos Marceneiros - Então, com relação a esses órgãos, por exemplo, antes era só IBAMA que dava licença para as marcenarias, para o extrator de pranchas, toras e tudo, hoje tem a FEMACT, tem o meio ambiente Municipal. Então, surgiram três órgãos a mais, dificultando a liberação direta de cédulas para que a madeira possa ser conduzida a origem em tudo, gerar emprego. As secretarias organizaram prédios, mobiliaram em tudo para fiscalizar esse setor, mas, nunca geraram uma secretaria para também incentivar o mesmo setor a ser conduzido de uma forma diferente alavanca recursos lá fora, a buscar matéria prima diferenciada no caso hoje quem esta substituindo a madeira maciça é o MDF, então, eu trabalhei vinte e dois anos com madeira, vendia o almoço para comprar a janta, hoje eu trabalho com o MDF, em oito meses, ganhei o que eu não ganhei com vinte e dois anos com marcenaria. O MDF hoje, modernizou tudo em todos os sentidos tanto é que hoje trabalhamos em parceria com arquitetos e engenheiros, eu queria tanto fazer uma faculdade em arquitetura eu abandonei agora no segundo semestre porque o meu trabalho não permitia tempo para eu frequentar uma faculdade, depois abri meus olhos e vi eu tenho quatro parcerias hoje com arquitetos seis com construtoras e tenho dois engenheiros que trabalham juntos comigo. A gente se indica um para o outro, com conclusão eu não preciso hoje ter nível superior para trabalhar com arquiteto e engenheiro, eu como marceneiro uma pessoa humilde e simples, posso ter essas pessoas trabalhando para mim desde que tenhamos condições, incentivos as linhas de créditos para que possamos alavanca esses recursos o MDF, hoje só apenas duas empresas no Estado vende esse material porque eu trouxe esse material para Boa Vista. Fui participar de uma feira formóvil em São Paulo e uma em Curitiba através do SEBRAE, graças a Deus com incentivo, do Deputado Rodrigo Jucá quando estava na superintendência do SEBRAE, eu trouxe muitas informações de lá, de matéria prima, de ferramentas adequadas. Como inclusive vou conversar com seu Laert, o gasômetro em São Paulo e as maiores lojas no setor de marcenaria de madeira moveis, estão todos cheios de portas fabricadas com madeiras de Roraima, Rondônia e Porto Velho, uma porta custa mil e oitocentos reais, e oitocentos reais o metro cúbico da madeira que eles compram aqui, me mostraram a nota fiscal. Conclusão, a madeira prima sai daqui eu estou no celeiro todo mundo me criticando que eu estava dentro do celeiro sentado em cima da matéria prima deles estão ganhando dinheiro em cima de nossas costas e nós como empresários não temos visão de negócio, tenho certeza que muitos empresários que temos essa visão de negócio, tem essa intenção, mas não tem esse apoio, não tem esse incentivo.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Então Geraldo, só para entender vamos enfatizar aqui o setor precisa especialmente de abertura de linha de crédito, para fomentar o capital de giro da empresa, formalizar a empresa ou seja desburocratizar a abertura dessas

empresas ou a legalização dos profissionais desse setor e aquisição de matéria prima, mas não é mais uma matéria prima natural, ou seja, uma matéria prima artificial que o MDF, que vem de fora mas não existe burocracia para isso.

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira Sindicato dos Marceneiros - Existe muita burocracia.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Para trazer o MDF para o nosso Estado?

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira representante do Sindicato dos Marceneiros – Sim, existe o frete sai duas vezes mais caro do que a mercadoria em Caxias do Sul, um contêiner com MDF, é por metro quadrado uma chapa.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Tem infraestrutura, é logística.

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira representante do Sindicato dos Marceneiros - É logística.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra Presidente – Tudo bem.

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira representante do Sindicato dos Marceneiros - Na Argentina é o maior fator lá custa dois reais uma chapa de MDF, desse madeirado aqui quero citar para os senhores que esses móveis que estão nesse Plenário foi eu que trabalhei.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Mas também o preço do consumidor final está embutido aí, é o consumidor final quem paga por isso.

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira representante do Sindicato dos Marceneiros – Duzentos e cinquenta e quatro reais uma chapa de MDF, madeirado, lá custa quarenta e dois reais em Caxias do Sul, porque aqui e todo esse preço?

O Senhor Deputado Rodrigo Juca – Geraldo é madeira macia não é isso? De reflorestamento não é?

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira representante do Sindicato dos Marceneiros – Não, é MDF.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Industrializada?

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira representante do Sindicato dos Marceneiros - Ela é MDF, no inglês é fibra de madeira densa tem o HDF de alta densidade e MDP que é partícula de madeira densa, então, eles aproveitam todos os galinhos finos trituram e transformam em placas e dão pintura de eletrostática de uma fórmica líquida em cima desses madeirado.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Tranquilo, mas a questão da matéria.

O Senhor Deputado Rodrigo Juca - Eu digo o seguinte, hoje essa madeira que é usada na produção do MDF, pouca dela é nativa, ela é de reflorestamento.

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira representante do Sindicato dos Marceneiros - E a maioria inclusive, é exportada vêm da Argentina, da Malásia de vários países as placas cruas, em Caxias do Sul em Arapongas e Rio Grande do Sul, eles dão essa pintura em cima do madeirado imitando cores da Amazônia então o que eu quero dizer para os senhores também que existe dois órgãos aqui em Boa Vista que dão cursos voltados para área de qualificação de mão de obra. Que nem o Doutor Laert comentou, eu pego uma licitação, eu preciso contratar quarenta, cinquenta funcionários rápido, trinta, vinte não existe na Praça de Boa Vista, eu vou buscar em Itaquiatiara, Parintins eu trouxe dezesseis em novembro para suprir a necessidade aqui, eu mesmo vou lapidando eles porque não existe aqui.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – A mão de obra qualificada é uma das dificuldades dos empresários.

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira representante do Sindicato dos Marceneiros - O maior gargalo hoje é a mão de obra qualificada.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – O SEBRAE treina o empresário não é isso?

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira representante do Sindicato dos Marceneiros - O SENAI.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – E o SENAI treina o colaborador.

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira representante do Sindicato dos Marceneiros - Acontece o seguinte Deputado, a demanda é muito grande por exemplo a escola do governo tem uma escola de formação de marcenaria são vinte dois alunos para se formar em um ano e meio, quer dizer um recurso muito alto empregado com prédios, edificações de professores como um todo, simplesmente para formar trinta alunos em um ano e meio, se a necessidade é tão grande em vinte dias, eu estou precisando, se agente for alavanca. Hoje nós temos duzentas e

trinta e quatro marcenarias no Estado de Roraima que estão cadastrados com agente. Se formos alavanca uma média de cinco funcionários por marcenaria temos mil e poucas pessoas trabalhando diretamente, indiretamente nós não conseguimos recalculá-lo, mas hoje agente concluir aqui direta e diretamente, cinco mil pessoas trabalham nas atividades e dependem dessa área de marcenaria os pais as famílias.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Tranquilo. **O Senhor Deputado Rodrigo Jucá** – Presidente só para esclarecer gostaria de dar uma sugestão se a Comissão puder acatar O SEBRAE hoje não dar treinamento em áreas industriais. Na verdade o SEBRAE dá treinamento em gestão, de indústria serviços ou de comércio mais focado na gestão, na parte de produção, operação de pátio, de máquina só o SENAI mesmo. O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – O SENAI e o centro de treinamento, eu visitei esses dias o Centro de Treinamento.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – O centro de treinamento mais ainda é pequeno. Agora a sugestão que eu gostaria de dar Presidente é o seguinte, essa indústria madeireira que hoje o Geraldo e outros empreendedores fazem parte ou a que o Laert e outros também, lutadores aí fazem já há anos, aqui agente pode considerar sim a primeira Indústria de Roraima que foi a indústria madeireira, todo mundo sabe aqui vem passando por uma dificuldade tremenda imagino que vocês já tenham tratado disso aqui enquanto eu tive fora. E nós estivemos numa articulação do SEBRAE junto com o Governo do Estado, junto com outras entidades, nós estivemos muito perto de dar uma amenizada na situação precária que essa indústria se encontra hoje que é especialmente a questão de acesso a insumo a matéria-prima, hoje a indústria madeireira não tem de onde tirar, no volume que gostaria uma madeira legal. E nós chegamos muito perto disso que era quando nós conseguimos articular entre vários órgãos a questão da capitação de recurso para um plano de manejo florestal, madeireiro na flona Anauá. Só que na hora do vamos ver, faltou dinheiro. E Seu Laerte, agente articulou fez reunião aqui, reunião dali, apresentou projeto aqui, projeto dali, e na hora do vamos ver faltou dinheiro. Agora é diferente, nós estamos aqui na Assembleia, somos nós que aprovamos o orçamento do Governo do Estado, nós temos direito à Emendas também, então, queria propor aos colegas que para o próximo ano nós pudéssemos destinar um pouquinho da nossa Emenda, quinze por cento, vinte por cento, eu tenho certeza que se os cinco se unirem e juntarem um pouco de cada um, tenho certeza que a gente consegue colocar recursos dentro da FEMACT, ou dentro de um instituto de floresta que foi criado, para que a gente possa finalmente executar um plano de manejo florestal madeireiro, em alguma floresta, em alguma área aqui do Estado que já legalmente pode receber isso, e regularizar a extração de madeira aqui no nosso Estado. Isso viabilizaria dezenas de empresas, garantiria uma série de empregos, geraria novos empregos, geraria arrecadação de impostos. Eu fiz um compromisso desse de Campanha, e gostaria muito de ver um plano de manejo madeireiro florestal feito aqui em Roraima em grande escala, numa área de mais de cem mil hectares, trezentos mil hectares, ou alguma coisa parecida. Eu acho que é um compromisso que agente pode ter Deputado Gabriel, e Vossa excelência, que é um Deputado do Sul do Estado, sabe o quanto a indústria madeireira é importante para o Sul do Estado tenho certeza, que juntos a gente consegue isso, é um esforço pequeno de cada um de nós, para um resultado extremamente favorável que essa iniciativa pode gerar. Então, fica a sugestão para a Comissão, para nós Deputados da Comissão em ajudar a indústria madeireira aqui de Roraima.

O Senhor Laert Eloi Oestreich Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Guiana – Um aparte, eu opinaria Deputado Rodrigo, espero que essa sua ideia brilhante vá avante inclusive com adendo. Lamentavelmente nos Cargos de produção desse Estado, com pouquíssimas exceções, tem algum empresário não no comando, ou numa parte desse comando, que vai ser aplicado aquelas verbas, com aquela finalidade para que fosse feito aquele projeto. Eu pediria aos Senhores se fosse possível, que a sua brilhante ideia, como eu disse, fosse também complementada pela criação de uma Comissão para gerir, (desculpa), fiscalizar não gerir esse dinheiro que não vai ser pouco nesse projeto mais que alguém do Setor Produtivo e não funcionários do Governo, não que eles não mereçam créditos não. Longe disso. Mas acho que tem ter alguém, que entenda do assunto e que possa opinar naquele momento decisivo. Bom, está aqui a verba o que vamos fazer? Vamos aplicar onde? Se tiver alguém do setor produtivo, seria melhor aplicado, não desmerecendo mais uma vez o funcionário público. Hoje, no Estado se conta numa mão, alguém da iniciativa privada que faz parte do Governo, inclusive, na convenção

de um partido na semana passada, eu protestei porque não vi nenhum empresário, dos oitenta membros, quarenta titulares e quarenta suplentes. Um (desculpa), tinha uma empresária, e ninguém mais. apresentei minhas reclamações, porque o empresário também deve ser valorizado neste Estado, para ver se conseguimos um dia sair do contracheque, (desculpa a intromissão Deputado), eu gostaria que essa minhas palavras fossem no sentido de engrandecer, complementar sua ideia.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Registramos a presença do nobre Deputado Marcelo Cabral, abrilhantando nossa reunião, e gostaria de comungar com as palavras do nobre empresário Laert, acredito muito que a iniciativa privada é a mola mestre da economia em qualquer Estado, de qualquer país, os empresários. Têm que estar presentes na política, ajudar a administrar o Estado como se administra uma empresa. É preciso que a coisa pública saia dessa lentidão, como um todo, e partir para a prática. Eu gostaria de facultar a palavra para o amigo Skiská.

O Senhor Skiská representante da área de Comércio Exterior – Boa tarde a todos, meu nome é Skiská, atuo frequentemente nas questões de prestações de serviços, assessoria, consultoria de comércio exterior. Visando contribuir com a Comissão, Presidente, em minha opinião, o comércio exterior, na verdade, faz parte desse desenvolvimento econômico do Estado tanto na aquisição de produtos quanto a venda também, a comercialização, entre outras. A impressão que tenho em contato do dia a dia com os empresários locais, quanto ao comércio exterior, muitos descobriram novas estratégias, em adquirir produtos muito mais econômicos, mais baratos e também encontraram estratégias para aumentar seu mercado alto, quer dizer, eles aumentaram seu mercado alto, que era só Boa Vista ou interior e passaram a vender para os países vizinhos. Eu observo que muito deles, quando atingem essa etapa esse alvo, ou seja, essa estratégia, eles não disseminam isso. Na verdade, minha opinião, Deputados, há um sentimento de crise, mas eu não sei, tenho a impressão de que uma mentira dita várias vezes ela pode virar uma verdade. Eu já sou mais otimista, eu vejo que as pessoas que procuram a experiência, tomaram uma atitude, aperfeiçoaram habilidades, elas estão conseguindo um retorno. Só que, acho, há uma pequena situação essas pessoas, esses dados, não foram publicados, não foram discutidos com a sociedade, talvez ficaram guardados entre poucas pessoas. Eu, no caso, tenho prestado muita assessoria aos consultores no SEBRAE. Na época, fiz parte da comissão junto com o Deputado Rodrigo Jucá, através da pessoa do Senhor Jadir, realizamos umas visitas aos países vizinho e tentamos desenvolver, junto com os empresários locais, uma nova forma de abrir as portas. Estava escutando o Senhor Geraldo dizer que o empresariado estava numa questão difícil, que não recebia do governo. Nessa questão a minha pergunta é: Porque não exportar? Já procuram, no caso, achar uma maneira de sair? Tudo bem, talvez ele vá me responder que sim, mas ele tem encontrado dificuldades. Essa é uma outra parte, às vezes, falta de experiência, de conhecimento, temos instituições aqui capazes de ajudar e até abrir portas. O SEBRAE, FIER, FECOR, entre outros já ajudaram em termo de conhecimento para encontrar novas estratégias, só que tenho observado um detalhe: Não basta só o conhecimento, tem que ter acompanhamento, não é só consultoria, assessoria e acompanhamento, vejo muitos empresários dizerem está tudo bem eu sei que posso exportar, sei que posso atingir outros mercados novos, mas como faço isso? Às vezes, quando vai lidar no dia a dia, ele encontra dificuldades, falta de acompanhamento. Por exemplo, outro dia estava numa reunião na caixa econômica, veio de Brasília um diretor para abrir uma parceria aqui na região de fronteiras. O pessoal da caixa econômica, senhor Laert, não sei se o Senhor estava presente, disse o seguinte: vamos tentar ajudar o empresariado local. Perguntei ao diretor se poderia fazer um pedido. O Senhor poderia começar a treinar os seus gerentes? Porque, às vezes, você vai procurar exportar, e o primeiro passo é fazer um fichamento de câmbio, aí você vai procurar um banco, ao cujo gerente, quero fechar um câmbio, estou precisando fazer um negócio, estou precisando que você me ajude, isso é muito difícil, eu não sei se você tem que ligar para São Paulo. Bom se a gente quer discriminar, abrir portas, está faltando o quê? A experiência gera cultura exportadora, como diz o professor Keller. Outra questão que eu coloco e que também há um pessimismo contra a LC área de livre Comércio. Na verdade, ela está desenvolvendo, como eu já falei, tem gente que já adquiriu essa experiência, mas não está

repassando. Quer dizer, tem essa estratégica com segredo seu. Tem pessoas, por exemplo, vou lhe contar um caso: Nós fizemos um trabalho até juntamente com o SEBRAE, na época, para desenvolver alguns comércios aqui, em vez de comprar de São Paulo, comprar diretamente do exterior e oferecer um produto mais barato com a LC. Vejam só o que aconteceu, por exemplo: se você comprar um equipamento, um produto de São Paulo, esse produto fabricado na China que hoje é a grande fonte. Esse produto quando sai da China vai para São Paulo, ele paga mais de cem por cento de imposto de importação, além dos cem por cento de importação para ele vim para cá, vai pagar alguns impostos, frete, e ainda tem que ter o lucro do fornecedor, fora outras despesas. Esse produto chega cem por cento mais barato. Qual era a nossa proposta na época quando prestamos assessoria no SEBRAE? Que essa pessoa pudesse comprar esse mesmo produto da China só que diretamente para cá, na LC pela experiência que temos aqui, nós estamos pagando ao redor de dezesseis vírgula cinco a dezessete por cento de imposto na entrada. Por São Paulo, são mais de cem por cento porque lá não tem incentivo. Então, nós podemos trazer o produto da China direto para cá por dezessete por cento de imposto, só na entrada, economizávamos quinze, vinte mil reais de frete, pois de São Paulo para cá, é caríssimo. Então, nós temos toda uma vantagem enquanto ao Sul do País. Então, a questão é: na minha falta de atitude, conhecimento e experiência. Essa experiência pode ser suprida com uma rede de relacionamento, no caso, eu estou dizendo, aqui, as instituições.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Skiská, você me permite um aparte no seu comentário?

O Senhor Skiská – Diga.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Eu sugeri numa reunião do Conselho Avanço Roraima e, tendo em mente isso que você está dizendo, “*está chovendo aqui dentro do plenário*”, muita gente não compra produtos importado, não substitui importação por falta de conhecimento, isso é a questão da cultura no caso não exportadora mas importadora, é a questão de não conhecer mercados fornecedores. Então, como exemplo da reunião do Conselho Avanço Roraima, fica aqui já a terceira sugestão do dia, que o nosso Presidente deputado Brito pode da mesma forma, caso acatar a sugestão, oficial ao nosso Governador, para que alguns dos nossos escritórios políticos fossem hoje transformados em escritórios comerciais, do Governo de Roraima, e que outras unidades também fossem criadas fora do país em forma de escritórios, representações comerciais do Estado. Hoje Roraima tem uma representação política em Manaus, Brasília e em São Paulo, fora de Brasília eu não sei porque Roraima precisa de uma representação em Manaus e São Paulo, seria muito mais interessante, mais produtivo se essas representações, ao invés de políticas, elas fossem comerciais: fazer contato, pesquisa, participar de eventos, buscar informações, enfim, se ela fosse atrás de geração de negócios, atrações de investimentos, da mesma forma que fosse criado um escritório do Governo de Roraima em Georgetown, um escritório comercial do Governo de Roraima em Caracas, Puertordaz, enfim, mas na Venezuela de forma que agente pudesse ter acesso à produção desses países. Não só desses países, mas de toda essa região, onde esses países estão concentrados, que é a América Central, Caribe. Acho que hoje o fortalecimento da nossa iniciativa privada passa por essa compreensão, de que o mercado regional no qual Roraima está inserido, tanto para consumo quanto para fornecimento, ele é nacional e internacional, muito mais internacional. Então, precisamos abrir as portas para cima e saber que daqui de cima vai vim muitas coisa e vai sair muitas coisa também, que é um caminho natural. Acho que os Escritórios e, aí aproveitando o comentário do seu Laert, não ocupados por políticos, mas, por técnicos, e que os escritórios pudessem fazer um bom papel, ou então, que não tenham escritórios próprios, mas que contrate uma consultoria, alguém que faça esse papel, que possa ajudar os nossos empresários, inclusive, com Infraestrutura. O empresário, um distribuidor, um atacadista sai daqui para vender em Georgetown, onde ele não tem uma sala de reunião, não tem um fax, um e-mail, não tem nada onde ele possa receber os seus clientes, uma estrutura do Governo aonde o empresário vai chegar e vai ser bem recebido por ser de Roraima, ao chegar lá vai ter como atender o cliente, recebê-lo bem, fazer negócio, promover o Estado de Roraima, enfim um lugar onde ele ia se sentir em casa, ajudar e favorecer,

e muito, a geração de negócios.

O Senhor Presidente Brito Bezerra – Inclusive, proporciona credibilidade.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – É um ponto de apoio. Então precisamos evoluir.

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira representante do Sindicato dos Marceneiros – Como o Deputado Rodrigo e seu Laert falaram, eu convido a todos para discutirmos um método em termos de acompanhamento desses empresários, não é só ensinar, vamos fazer juntos, vou lhe acompanhar. Eu acredito que, no caso, o departamento de comércio exterior do Estado, a internet é precária, o pessoal precisa fazer pesquisa, mais não tem carro, não tem diárias, são pesquisadores, são pessoas que é para ajudar no desenvolvimento do comércio exterior. Eles precisam ter apoio, tem alguma coisa errada, temos a secretaria de relações internacionais, sempre discuti que deveria haver alguém principalmente do lado empresário que conhecesse essa área de comércio exterior e estivesse presente nessa secretaria. Felizmente nós temos o Eduardo, sempre debatemos juntos, não só eu com ele, mas outros empresários que atuam na área do comércio exterior, sempre chegamos lá com ele e pedimos soluções, atuação do Governo, graças a Deus, ele sempre entende nossos problemas, porque ele já viveu isso aí, no caso a gente consegue tirar alguns obstáculos que impedem o desenvolvimento. Bom, só para terminar, a ZPE, todo mundo fala sobre a ZPE, alguém aqui sabe em que estágio está? E como está? Alguém acompanha isso? Tem alguma coisa errado? Eu só estou dizendo que não basta só dizer, falar e colocar, é preciso monitorar esses resultados, nós não estamos monitorando isso, Deputados. Então, no caso, ele falou aqui que há problemas de vendas, então vamos exportar.

O Senhor Presidente – Deputado Brito Bezerra Me parece que são operações meramente políticas, não há uma operacionalidade dessas coisas.

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira representante do Sindicato dos Marceneiros - Quero só concluir, eu estive na Feira Internacional da Amazônia, por dois anos consecutivos, falei que me retirei da feira, na segunda noite antes da rodada de negócios, foi por vergonha, não foi tanto pela forma como as coisas foram conduzidas. Simplesmente os empresários de Colômbia, Venezuela, Peru e Bolívia, chamaram a Comissão da SEPLAN que organizou, nós fomos no ônibus, inclusive, cedido pela SEFAZ para lá, os empresários locais primeiro solicitaram aos empresários de Roraima o que nós tínhamos para oferecer para eles. Aí eles tinham feito as colocações, geralmente dois dias antes da abertura sobre, o tipo de matéria-prima que eles querem. Quando eles expuseram a quantidade, o volume de negócio que eles estavam solicitando, em prazo curto. Não tínhamos como nós captar recurso, nos unir e formalizar esse pedido, para fechar este tipo de negócio. E porque só acontece um mês antes de acontecer a feira, que a secretária se reúne e convida a gente para participar. Terminada a feira morreu tudo, nós temos condições de nos unirmos e juntarmos uma cooperativa grande, está informado num complexo industrial moveleiro capaz de industrializar e de exportar, realmente gerar empregos e rendas para este Estado, pois compradores existem muitos lá fora, nós não estamos é preparado para isso, nem com mão de obra qualificada, formação profissional, a informalidade, há falta mesmo de capacidade técnica. Os maquinários estão defasados, nas feiras hoje existem maquinários baratos, disponíveis nos mercados que alavancam uma produção alta, tanto é que os empresários de São Paulo estão exportando mobiliárias, casas e madeira prima manufaturada para Venezuela que passa por Roraima.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – E a gente aqui do lado não consegue.

O Senhor Geraldo da Silva Teixeira representante do Sindicato dos Marceneiros – Porque nós não estamos preparado para isso, e passa pela nossa fronteira aqui. Então, se nós nos organizar diretamente tivermos apoio do Governo, realmente, de todos os órgãos, nós teremos condições de alavancar e estarmos superando todo esse débito.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – A palavra está facultada ao Senhor Jadir Correa.

O Senhor Jadir Correa - Presidente da Associação de Comércio e Indústria de Roraima – Eu gostaria de cumprimentar esta Comissão, em nome do Presidente Brito, o Deputado Gabriel, Deputado Erci, meu amigo Deputado Rodrigo Jucá. Gostaria de usar as palavras do meu colega Laert, meu padrinho. A gente até se surpreendeu ao receber o Ofício da Assembleia nos convidando para esta reunião,

para mim foi uma surpresa porque há tanto tempo Laert, ninguém ligou para debater com as pessoas que realmente trabalham na área para saber sobre a situação que nossos colegas implantando ali. Então, gostaria de cumprimentá-los em nome da entidade que represento, a Associação Comercial. Infelizmente, hoje, nós não trouxemos praticamente sugestão nenhuma, porque não tínhamos noção do que seria como seria. Esperamos que não fique só nesta reunião, talvez na próxima sejamos convidados, então traremos alguma contribuição. Comentarei algo que já ouvimos aqui de alguns companheiros. Em conversa com Skiská, estamos sempre juntos já fizemos algumas viagens internacionais juntos. Eu, de vez em quando ando discordando dele, quando se fala em importação pela área de livre comércio. Olha, na área de livre comércio aquilo que chamamos de compra interna, ou seja, as compras no Brasil estão funcionando a todo vapor, isso a gente sempre divulgou, em todas as entrevistas que a gente participou, na imprensa a gente fala isso. Certa vez, fui abordado pelo Secretário da Fazenda, que hoje está na saúde, o Leocádio, que disse: você anda falando mal das áreas de livre comércio, não o que eu tinha de falar mal da área de livre comércio eu falei na presença do Senhor Governador e do Senador Romero Jucá, a quem admiro muito lá na nossa entidade. No dia da minha posse foi quando disse que a área de livre comércio não é bem aquela Coca-Cola que os políticos pregaram, mas que ia trazer uma contribuição muito grande para o nosso Estado. Trouxe sim, inclusive, eu recebi um telefonema a pessoa não quis se identificar lá na Associação Comercial me cumprimentando por uma entrevista minha, onde eu falei que pela área de livre comércio pelo menos colocou Roraima mais perto de São Paulo. Apresentei uma comparação boba, quis dizer que a área de livre comércio é meio complexa, por exemplo: tem Estado que dá todos os benefícios, e algumas mercadorias, dão o ICMS, tem outras mercadorias que não. O fornecedor, se for optante pelo simples, mas colocando tudo isso no liquidificador e batendo dá, no geral, em torno de trinta por cento a menos em impostos que a gente deveria pagar. É quanto a esses quinze por cento, o que eu quis dizer foi isso. Cobre parte do frete, dependendo da mercadoria, tem frete bem mais barato que quinze por cento, mas tem frete, vocês como empresários, sabem que chega até trinta por cento. Mas, agora na área internacional, nós continuamos brigando, continuamos batendo, em várias reuniões com o Senador Romero Jucá, que tem nos ajudado muito nisso. Por isso eu brinquei com o Skiská, quem é que está importando pela área de livre comércio? Eu sei que tem gente importando ainda pela portaria trezentos, eu não posso falar por mim, porque eu não importo nada, eu sou um pequeno empresário, e o meu comércio é ferragens, é comprado todo em São Paulo, nada importado, mas é a tal coisa, eu a te brinquei com ele uma caixinha só trinta mil dólares, vinte mil dólares, isso não leva a nada, desculpa a sinceridade. Mas, durante uma viagem até internacional, li a Folha de Boa Vista na internet sobre a importação de vinte notebooks, poxa, vinte notebooks, é o que a Citylar vende por dia. Então, não contribui com nada. O fato é que a gente quer é um terminal, um armazém alfandegado em Roraima, só tem o do Aeroporto não representa nada. E para importar carretas com produtos, não cinco caixas, mas só três caixinhas, e isto a gente carrega na cabeça. Entendeu essa é minha crítica? Ele sabe disso, ninguém briga por isso, não são divergências de ideias, ele trabalha numa área e eu em outra, apesar de todos convergirem ser a mesma coisa. Mas, a verdade, para tentar minimizar a coisa, o nosso Senador Romero Jucá está tentando uma ampliação no terminal do aeroporto para ver se da para se trabalhar. A realidade é essa, quando se fala em exportação e importação, assusta muita gente, inclusive, a mim. Prego que precisamos parar de ser os coitadinhos, tudo quebra em nossas costas. Aqui tomaram as nossas terras, não havia quem gritasse por nós, temos que parar com isso, e ir para frente. Assim eu concordo plenamente. Agora nós temos muitas deficiências, Laert nos falou sobre problemas de mão de obras, a temos muitos empregos? Tem, mas, é aquela pessoa que chega a nossas empresas, você deve saber muito bem disso, querendo emprego. Então você pergunta: o que você sabe fazer? Eu faço tudo, pode mandar ir embora, pois não sabe fazer nada. É verdade ou não é? Quem tem empresas sabe disso. Então, temos problemas de mão de obras, porque, o Governo Brasileiro acabou praticamente com nossas escolas, orientada para o trabalho, conforme já tínhamos em Roraima. Eu sou Roraimense posso falar mal, bem, da minha terra, porque eu nasci e me criei aqui. Saí só para estudar e voltei, passei só seis anos fora, foi o tempo que

eu tive para estudar. Então, essa é a realidade. Nós somos a terra do já teve. Por causa disso, nós já tivemos aqui um ginásio orientado para o trabalho que formou muitos marceneiros, muitos mecânicos, tivemos a famosa Escola do Calunga da Igreja Católica que formou muitos mecânicos. Hoje, não forma mais nada. Hoje, tem as faculdades, universidades, cursos superiores. Mas, e os cursos técnicos, cadê? Os cursos técnicos são os que formam a mão de obras para nós, para o empresariado de modo geral. A faculdade forma engenheiros, médicos, advogados. Então, nós realmente temos muita carência, essa é a realidade. Eu gostaria de comentar um pouquinho com referência à gestão. Eu concordo, desculpa, mais concordo com o senhor, não concordo muito com o nosso Deputado Rodrigo Jucá (risos). Infelizmente, o Governo tem esse, não é o Governo da Dilma hoje, ou de ontem do Lula, ou de hoje do nosso Governador, atual Anchieta, os Governos de modo geral. O problema de gestão é sério, vou fazer uma comparação: Cadê o Rodrigo Jucá? Saiu? Eu gostaria que ele ouvisse o que vou falar aqui. Alguns anos atrás fui conselheiro do SEBRAE, que vivia de pires na mão, por quê? Porque esperava cair do céu as coisas. Quinze anos depois, volto a ser conselheiro do SEBRAE, quando me elegi presidente da Associação do Comércio encontrei um outro SEBRAE, cheio de grana, dando emprego, um SEBRAE movimentado, o dinheiro para o SEBRAE vem se tiver projetos, gestão. E na época, eu gostaria até que ele ouvisse isso, ele não está, não tem problema, é bom falar na ausência. Com o trabalho que o Rodrigo Jucá fez lá, a coisa mudou, Almir Sá era o Presidente, e tive o orgulho de substituí-lo por cinco meses, fiz um trabalho de parceria. Então, essa é uma realidade, nós não conseguimos muitas coisas aqui, com todo respeito que eu tenho pelos nossos parlamentares. Mas, quando termina a eleição, eles continuam no palanque, tem que descer e se unir para poder conseguir as coisas, senão, o Governo Federal vai eternamente considerar a gente aqui “o primo pobre do Brasil” o interior. Então, temos que parar com esse negócio de querer ser o coitadinho e passar a nos unirmos. Esta é uma realidade. Mas, Presidente, meus parabéns, espero ser convidado da próxima vez, me comprometo em trazer um ou dois companheiros, trazer alguns temas ou assuntos para somá-los com suas ideias. Vou está à sua disposição, obrigado.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Eu vou conceder um minuto para replica do Senhor Skiská que ele pediu, após, concederemos a palavra ao professor e economista Keler da Federação da Indústria. O Senhor Skiská – Apenas um minuto, eu quero dizer que tem muitas lojas importando, como eu falei no começo. As pessoas não informam as suas novas estratégias, o que está acontecendo? Vocês veem várias lojas com tecnologia, com informática, não são Caxias importam mais ou menos por mês, todas as empresas juntas mais de cento e cinquenta a duzentos mil dólares, mas de nada e alguma coisa é alguma coisa, por exemplo, nós comprávamos Laptop onde? Em Santa Helena, muita gente trazia de forma irregular, hoje as pessoas estão comprando aqui de dez vezes, estão escolhendo Data-Show, TV de LCD etc.... Eu estou estendendo essas ideias para outros tipos de mercadoria, só que a falta de conhecimento ou de coragem, às vezes, de alguns empresários deixa a desejar. Então, eu digo a vocês, até presidente, se vocês quiserem que eu traga dados juntos à Receita Federal de como nós evoluímos, com dois anos de LC, de importados vocês vão se surpreender, e muito.

O Senhor Presidente Brito Bezerra – Com a palavra o economista Raimundo Keler da Federação da Indústria.

O Senhor Raimundo Keler (Federação da Indústria) – Bem, Deputado Brito, em seu nome tenho o prazer e privilégio de cumprimentar todos os presentes, não vou me alongar muito, pelo adiantar da hora. Mas os senhores perceberam que os assuntos, aqui referidos, têm uma universalidade e requerem uma sequência de discussões e objetivos, por exemplo, à questão da mão de obra, eu gostaria de sugerir que o SENAI fosse convidado para próximas reuniões, porque ele tem um trabalho muito rico, voltado à valorização do profissional, tem contribuído bastante com a indústria local. Uma outra questão interessante justamente na federação na área do comércio exterior, é onde nós temos um trabalho, através do Centro Internacional de Negócio, que a não introspecção do negócio em si, informações aos empresários algo mais, alguma coisa que é justamente, para voltar a formar culturas exportadoras, a meu ver aqui é um paradigma na área de livre comércio. Porque é, o Deputado, surgir a possibilidade de trabalhar com cronogramas pautados em temas relativos à reunião, pela qual esta Comissão é responsável, que sejam

elencados pessoas, por exemplo, nas áreas do Comércio exterior, creio que junto com o Skiská, possamos contribuir na área de formação profissional do SENAI, área industrial do seu Laert e outras pessoas mais, agricultura ao doutor Erci e assim sucessivamente. Como os meus companheiros da Federação nos colocamos à disposição desta Comissão, para que possamos trabalhar esse cronograma, creio que possamos até alavancar resultados que sejam plenamente objetivos. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Gostaria de registrar a presença do Senhor Severino que representa o Sideartes, obrigado Severino. A palavra está facultada a quem quiser fazer o uso.

O Senhor Laert Eloi Oestreicher -Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Guiana – Senhor Presidente, qual é a sua ideia para as próximas reuniões, com que espaço de tempo as reuniões será realizadas? Aproveito a oportunidade para sugerir que fosse, pelo menos, uma reunião a cada quinze dias ou a cada mês, diante de dezenas de assuntos a serem tratados, pelo menos uma reunião para que ela não fique muito diversificada e não seja um assunto debatido como deveria ser profundamente, para cada reunião fossem escolhidos dois, três ou quatro a critério, os assuntos a serem datados, o tempo dos assuntos a serem tratados, nas reuniões. Nós como empresários, gostaríamos que fosse todo dia. Enfim, gostaria que os Senhores estudassem a possibilidade de realizá-las mensalmente, ou quinzenais, o ideal é que essas reuniões saíssem desse oba-oba de hoje, programar assuntos já personalizados e fixos a serem tratados em cada reunião.

O Senhor Deputado Brito Bezerra Presidente – Isso, geralmente, seu Laert, nas primeira reuniões se tornam mais subjetivas, não são as colocações, porque cada um quer contar um pouco de sua história, ver o que cada um diz, a conta busca. Já nas demais, vamos ser objetivos, regimentalmente. Essas reuniões acontecem mensalmente, mas a gente pode rever isso. E, em especial, esta Comissão ou alguns Membros da Comissão poderão esta visitando as instituições. Eu já fiz isso na Federação da Indústria, na FECOMERCIO, no departamento do turismo, eu já visitei, estou sempre recebendo os empresários do comércio das Associações, e da Associação também dos supermercadistas, ligados ao comércio e a questão tributária emperra muito, a maior carga tributária do mundo. Mas, quente à sua pergunta, vamos juntos, através de o Ofício, nos alimentar os temas a serem trabalhados. Pedirei que cada um traga as sugestões, uma ou duas, o importante é que tragam sugestões, e aqui certamente vamos abraçar as causas e transformá-las em indicações, em projetos, para que saia do papel ao campo da prática, podem ter certeza.

‘O Senhor Laert Eloi Oestreicher -Presidente da Câmara de Comércio Brasil- Guiana - Já que o Senhor nos deu a liberdade para, nas futuras reuniões, expormos nossos pensamentos. E daria o primeiro pulo, que na próxima reunião um dos assuntos fosse a pauta de exportação, em dez, quinze, vinte minutos, inclusive nós temos idéias para sugerir, por exemplo, o Presidente Chaves colocou à disposição do Brasil, através das Câmaras do Comércio, prometido em outubro do ano passado, que ele poderia fazer na Fronteira do lado de Santa Helena, com Pacaraima, um ginásio poliesportivo ou conversar com o nosso Governo Estadual, para botar à disposição dos empresários Venezuelanos uma quantia a ser combinada, a ser tratada para que eles possam importar de Roraima, não é importação trocado em miúdos, senhores. Podemos ir a Caracas, os Senhores poderiam ir a Caracas com o seu Governador e solicitar que o Presidente Chaves colocasse à disposição dos empresários de Roraima, ou seja, colocar a mercadoria a ser exportada para Venezuela num valor de um milhão e meio a três milhões de dólares mensais, isto não é nada para um País como a Venezuela, mas que para Roraima é uma coisa que não está nem prevista. Então que as importações, as solicitações dos empresários Venezuelanos para importar de Roraima, não do Brasil, porque, se colocar à disposição um milhão e meio, três milhão de dólares por mês, no outro dia passam cinquenta caminhões por aqui do Mato Grosso, do Amazonas e do Pará etc... Então, esta mercadoria poderá vir do Mato Grosso, Pará do Amazonas mais a importação seria daqui, porque esses dezessete por cento da Lei CANDI, vem para o Governo de Estado.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Não para o Estado de origem.

O Senhor Laert Eloi Oestreicher Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Guiana - Não para o Estado produtor, e sim para o Estado exportador. Eu vou mais longe, me permite, mais um minuto, eu já estou na busca, Senhor Presidente, desculpe a grosseria peitei o Senhor Governador e o Senhor secretário da fazenda em Público numa reunião no Palácio, porque os Estados de Santa Catarina e do Paraná, apesar

de o exportador não pagar impostos para exportar ele paga dois ponto vinte e oito de imposto de renda e não o ICMS, não há PIS / PASEP etc..., o exportador não paga nada, mas o Estado recebe do Governo Federal dezessete por cento por carga exportada, aquela exportação que saiu de Roraima, e em Santa Catarina e no Ceará o Estado já está repassando o ICMS, que ele recebe do Governo Federal, chamada a Lei CAND, já está repassando para alguns empresários como crédito, com intuito de beneficiamento de impulso a exportação. E eu já grampeei o Governador e o Secretária da fazenda, o Leocádio, prometeu em público, já fui umas cinco vezes lá, não consegui, estou sempre cobrando dele, não, eu estou estudando. Ai ele me disse que vai sair uma Lei Complementar, sobre essa Lei, se me permitir, em uma outra hora quero explicar aos Senhores, acho que os Senhores possam apresentar essa Leis aqui no Estado.

O senhor Presidente Deputado Brito Bezerra – Perfeito, perfeito solicitação acatada. A palavra está facultada ao Senhor Severino da Sindearte.

O Senhor Severino da Silva representante da Sindearte – Boa tarde, toda essa discussão é interessante, acho que é o intuito de todos os organizadores, da sociedade produtiva, de que o Estado tome a frente, não perpetuamente de uma forma peta, mas que abra alguns caminhos, é que muitas vezes o Estado tem travancado em vez de alavancar, um exemplo, eu sou representante da indústria menor do artesanato, mas é a indústria mãe de todas essas outras gigantes. Nós como sindicato dos artesãos, somos membros fundadores, hoje gigantes para o nosso sistema Roraimense, esse sistema chamado FIER, que temos o SENAI, SESI, FIEL, tentando e ajudando alavancar o setor indústria, hoje setor FECOMERCIO, o SENAT, hoje temos cento e trinta Associados, temos hoje um Schop rústico em artesanato, temos dezoito lojas mas não tivemos incentivo nenhum, benefícios, nenhum, pelo contrário, temos hoje um problema, nós crescemos trôpegos, de uma forma eficientes, de uma forma bem lenta, mas crescemos. A Federação da Indústria tem nos apoiado muito, a Federação tem o Sindicato dos artesãos, com uma diferença especial por ser um dos fundadores, se hoje ela está aqui é uma dos que puxaram a corda. Portanto, para que isso a contecessa, foi graças exatamente, a esse pequeno, e o estado, muito pelo contrário. Hoje existem feiras fora daqui e não convidam o Sindicato dos artesãos auxiliares, levam aqueles mais principiantes, não sei por quê? Não nos perguntem por que isso acontece, ao invés de quem já tem uma trilhada, caminhos das pedras, de algumas formas. Não há incentivo nenhum por parte do Setor Público, muito pelo contrário, quando há perdas o Estado leva técnicos que vêm comprar o nosso produto para levar. Isso é brincadeira, é um desestímulo. Quando o Laert bate para que a Lei CANDIN seja, realmente, pensada, e acreditar com que ela funcione aqui. Veja bem, o cidadão empresarial venezuelano que dá de Valência até aqui, são mil e quinhentos quilômetros, até Manaus são dois mil e duzentos, só que o empresário do Amazonas tem cinquenta por cento de preço para dar pra ele, está situado numa zona franca onde os incentivos são maiores e nós seremos o corredores aqui, o Estado vai continuar tampando buracos, na bendita BR, se não tivermos uma forma de internar essa mercadoria, e esse produto aqui, para que ele saia de empresas Roraimenses, para que gerem um dividendo para o Estado, qual é a forma dessa Lei do CANDIN, além de estarmos apressados, a agilidade da Venezuela foi negócio fabuloso com todos os a trapalhos que imputam chave. Mas num passe de mágicas, a Zona Franca de Santa Helena de Airem foi criada a toque de caixa, as nossas GPS e áreas de livre comércio estão aí atingindo a maioria no papel, nas gavetas, nas cabeças. E como a nossa rotatividade de cabeças pensantes com o poder de mando é atuante, grande, sempre tem alguém com poder de mando, começando a pensar para atender o processo. Nós continuamos um Estado privilegiado, nós temos um porto de escalado aqui a oitocentos quilômetros com frete SIFES, porque os nossos empresários do transporte operam com nesses oitocentos quilômetros com apenas duzentos de gasolina com combustível nacional. Eu estive na Venezuela recentemente, eu não conseguir gastar um real para abastecer meu carro, agora mesmo, ouvir o Jadir falar em trinta por cento, em custo de frete, desses trintas por centos, quinze a vinte vão exatamente à tarifa do combustível. Então, nas próximas reuniões, que realmente nós tenhamos, que a Comissão tenha uma força, pois nós precisamos dela, para que se sensibilize o Estado, que desça do palanque, conforme o Jadir cobrou, e busque ideia lá no Paraná, Ceará, Santa Catarina etc..., para que a Federação, com a estrutura que dispõem hoje, possa oferecer, possa afetivamente

capacitar nossa mão de obra, que o nosso empresariado tenha um poder de competição. Na verdade, a nosso grande mercado seria a Guiana, com apenas um milhão de habitantes, não é simpática para ninguém. Mas para nós triplicar o nosso mercado, poderíamos engrossar um pouquinho o pescoço e tentar segurar esses meninos que vêm do Amazonas, onde você pode pegar da Ponta Negra em frente, pode vender, lotear desde que não mexa no DI. A Moto Honda produz cinco mil e quinhentos unidades, de domingo a domingo, a Samsung ameaçou ir a São Paulo. Presumo que Eduardo Braga ofereceu tudo, a Samsung permaneceu. E nós temos essas situações estratégicas, temos agora o espírito da tecnologia, o celular que todos nós carregamos, na verdade é uma fonia, que antes tinha bambu de um lado, outro no meio, um rádio do tamanho de um balcão desse, hoje e um celular que você pendura no cinto, as mulheres usam na bolsa. Então diminuiu o espaço, aumentou a tecnologia em Roraima. Hoje criam gado num campo de futebol, nós perdemos o espaço. Então é hora de nós implementarmos a tecnologia para que nós tenhamos uma chance, evitar que as futuras gerações estejam nessa mesma discussão de quem chegou e está com vontade de fazer, estar tomando pé das situações. Muito obrigado.

O Senhor Presidente Deputado Brito Bezerra - Obrigado, Severino, pela sua contribuição, alguém mais deseja fazer uso da palavra? Como não há ninguém, vamos para considerações finais. Agradeço a todos vocês, aos Membros da Comissão, aos representantes da Federação da Indústria, do SESC, ao meu amigo Jadir, enfim, a todos os presentes, à imprensa, os colaboradores. O nosso intuito, professor Keler, é trabalhar. Acredito muito no nosso Estado e na coisa pública, volto a dizer, o problema não é de arrecadação, mas teríamos que garantir os direitos fundamentais do cidadão, é constitucional, à saúde, segurança e educação. A partir daí, os demais recursos seriam para fomentar e para dar impulso à iniciativa privada para que pudessem gerar empregos e rendas, necessários para atender essa demanda, ou seja, criar a infraestrutura necessária e abrir linha de crédito para que os empresários possam ter uma capital de giro, possam trabalhar de acordo com a concorrência de mercado que existe, possibilitando, assim, nos aproximar mais dos preços dos produtos com outros Estados, enfim fazer a nossa parte. O Poder Público tem que deixar de ser senhor, e passar a ser servidor. Então, acho que essa é a nossa grande mensagem, e o que o poder Público tem que fazer é fomentar a iniciativa privada até que ela atinja uma estrutura grandiosa capaz de gerar empregos e renda necessária para uma vida digna do povo. E como disse o meu amigo Severino, *que os Políticos possam fazer política não pensando nas suas próximas eleições, mas nas próximas gerações*. Agradeço a todos, declaro encerrada a reunião.

Brito Bezerra

Presidente da Comissão

Aprovada em: 31/05/11

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 06/11, ALTERADA PELA 016/11 E 021/11 REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2011

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às catorze horas e vinte e seis minutos, na localidade do Equador, município de Rorainópolis, na Escola Municipal Pedro Moleta, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 06/11, alterada pela 016/11 e 021/11, de 23 de fevereiro de 2011, destinada para, através dos estudos técnicos, realizados pelo Grupo constituído pela Resolução nº 004/11, para analisar e emitir parecer sobre a criação de novos Municípios no território do Estado de Roraima, sob a Presidência do Senhor Deputado Remídio Monai. Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra.

I – ABERTURA DA REUNIÃO

O Senhor Presidente Remídio Monai – Havendo quorum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão. Solicito ao Secretário desta Comissão, proceder à leitura da Ata da reunião anterior.

II – LEITURA DA ATA

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Solicito a dispensa da leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão, para conhecimento do seu teor.

O Senhor Presidente Remídio Monai – Submeto à Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, em votação. Informo que a Ata foi aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão.

III – ORDEM DO DIA (Não houve)

IV – EXPEDIENTE

O Senhor Presidente Remídio Monai – Boa-tarde a todos e aos meus colegas: Deputado Brito, Deputada Ângela Portella e Deputado Gabriel. Quero registrar aqui os Membros da Comissão que não puderam estar presentes: Deputado Mecias de Jesus e Deputado Rodrigo Jucá. Gostaria de dizer também, que o Deputado Chico Guerra, gostaria muito de estar presente, mas não lhe foi possível, devido a outros compromissos, pelo mesmo motivo a Deputada Aurelina, que atendia missão na Assembleia Legislativa. Então, conforme pediram transmito os abraços a todos os amigos, na próxima oportunidade estarão presentes. Senhor Prefeito James, Vereador Márcio, Dhaienne Carpanini, Diretora da Escola, Presidentes de Associações, Professores, meu irmão Raimundo e demais pessoas aqui presentes. quero dizer que estamos aqui em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, não como um projeto particular de um ou de outro Deputado mas com a missão de esclarecer aos moradores da Colina, Equador e Jandiá as informações da lei que está em tramitação e outros critérios que o Professor Aimerê vai expor a seguir:

Professor Aimerê - Quero cumprimentar a todos os presentes, em especial o Presidente da Comissão, Deputado Remídio Monai, o nobre Prefeito Senhor Carlos James, a Primeira Dama, Senhora Noeli, o Deputado Brito, a Deputada Ângela, o Deputado Naldo da Loteria e os Vereadores. O Grupo Técnico está numa missão específica de informar, mas grande parte das informações, o nosso Presidente sabiamente já nos repassou sobre o andamento desse processo. Nós temos aqui um texto do Parágrafo V, do art. 18, da Constituição de 1988. Esta Constituição dizia que a criação, incorporação e fusão dos Municípios eram feitas através de Lei Estadual, obedecidos os requisitos previstos na Lei Complementar, também Estadual. Então, este trabalho foi o que deu a possibilidade de criarem os municípios anteriores, porém, esta Constituição, e este art. 18, Parágrafo V, sofreu uma Emenda, em 1996, alterando a maneira de criar municípios no Brasil, dizendo que novas criações serão feitas por Lei Estadual, porém, dependendo de Lei Complementar Federal, ou seja, o Governo Federal chamou pra si a responsabilidade, e neste intervalo de tempo, alguns Estados fizeram a criação de municípios, e isso foi parar no Supremo Tribunal Federal, que decidiu manter as criações realizadas até 2006, cuja a Lei tinha sido publicada até 30 de dezembro de 2006. Validou àqueles que haviam sido criados até 2006, e a partir daí, voltou a funcionar a Emenda que eu falei anteriormente, que é esta que o Deputado Remídio já se referiu. E esta Lei está tramitando na Câmara Federal. Então, só vão existir novos municípios se a Lei Federal for aprovada, pois ela impõe a necessidade de alguns estudos. Por isso é que nós estamos aqui, nós somos os estudiosos. Há três estudos de viabilidade: o estudo econômico financeiro, o político administrativo e o sócio ambiental. A criação de Municípios é uma questão de extrema responsabilidade. Vejamos assim, para se adentrar nesta questão dos estudos de viabilidade, foram estabelecidos alguns pré-requisitos, e são eles: a existência de pelo menos cinco mil habitantes, dois mil e quinhentos eleitores, imóveis na Sede, pelo menos dez por cento iguais ao menor município, número de imóveis públicos, escolas, rádios, telefones, estradas e outros. E, a respeito disso e de outros critérios, o Deputado Remídio já falou.

O Senhor Presidente Remídio Monai - Neste momento será franqueada a palavra para quem queira tirar alguma dúvida possa fazer as perguntas para os técnicos ou para nós aqui da mesa. Então está aberto o espaço para quem quiser fazer as perguntas.

Vereador Pinto Louco - Boa-tarde a todos na pessoa do Presidente, Deputado Remídio, quero cumprimentar os demais Membros da Mesa e, em nome do Prefeito do nosso município, cumprimento todos vocês. Minha pergunta: o plebiscito pode ser feito antes de ser aprovada a Lei no Congresso?

Professor Aimerê Freitas - A resposta é não. Só depois da lei ser aprovada no Congresso.

Senhor Presidente Remídio Monai - -Mais alguém, aí? Se ninguém tem mais dúvida, vamos adiante, o Professor vai falar:

Professor Aimerê Freitas - vocês conhecem os limites do Municípios de Rorainópolis. Aqui em baixo está o Estado do Amazonas, aqui está a BR 174, e o que está de vermelho é área indígena waimirí-atroari. Então hoje essa área em vermelho pertence a Rorainópolis, criando Nova Colina, evidentemente vai fazer parte da área de Nova Colina. Essa área verde aqui, é protegida do Ibama, Há uma sequência que continua no município de Rorainópolis e aqui em cima a BR segue. essas laterais são as vicinais e aqui em cima está o atual município.

Senhor Presidente Remídio Monai - Um momentinho. Eu queria

Registrar a presença do Deputado Naldo da Loteria, também parceiro da Comissão.

Professor Aimerê Freitas - Aqui, em cima, então está a separação do município de Rorainópolis. Mais especificamente, para que as pessoas se situem, indo em direção a Rorainópolis, existe um igarapé ou rio chamado Ceabra. Então o igarapé do Ceabra fica mais ou menos a vinte ou vinte e dois quilômetro de Nova Colina em direção a Rorainópolis. É essa a divisa que está aqui colocada. A quantidade de eleitores contida aqui neste espaço é exatamente de três mil setecentos e vinte e dois eleitores. Como anteriormente o mínimo é de dois mil e quinhentos, nós temos aqui, contados dois mil setecentos e uns quebrados. Era só isso.

Vereador Pinto Louco - Presidente, essa é a proposta feita pela a Assembléia, porque a divisa do município ficando pelo Ceabra que é o chamado rio Tentativa, que tem em nosso município de Rorainópolis vai ficar uma situação igual ao município de São Luiz, que o Prefeito dá assistência ao povo que passa por dentro de Rorainópolis pra chegar ao município de São Luiz que é lá no Tê, depois do rio dos peixes. O rio Tentativa, ficaria parte da vicinal tinta, pra Rorainópolis e parte pra Nova Colina, e assim acontece com a trinta e um, a trinta e sete, a vinte, e quinze. Ficaria inviável para criar o novo município pelos limites do rio. A proposta que nós temos é através dos projetos de assentamento. A fundiária dos lotes da vicinal trinta com os lotes da vicinal onze e o projeto Sucuriçu da treze com os lotes.

Senhor Presidente Remídio Monai - Aí, Aimerê, eu acho que na hora em que eles forem fazer o requerimento pra a Assembleia, já farão com o entendimento da sugestão dele, depois de ouvir a comunidade e encaminhá-lo à Assembleia.

Vereador Pinto Louco - Com certeza, porque senão vão ficar dez quilômetro da vicinal vinte pra Rorainópolis e cinco pra Nova Colina. Senhor Presidente Remídio Monai - Vocês vão decidir isso aí. Dando continuidade, quero, agora, passar a palavra para o prefeito James para expor o pensamento dele, o que ele acha.

Prefeito de Rorainópolis, James Barros - Primeiro, Boa tarde a todos. Quero cumprimentar os Deputados Estaduais presentes: Deputado Naldo, Deputado Brito, Remídio, Deputado Gabriel, Deputada Ângela, os vereadores Márcio, Vereador Pinto Louco, funcionários da Escola que, em nome da nossa Diretora, Dhianne Carpanini, cumprimento todos os servidores da Escola Pedro Moleta e todos os moradores de Equador e destacar a importância desta reunião, em preparação à criação do novo município. As pessoas questionam se Rorainópolis vai perder ou ganhar. Acho que nem vai perder, nem vai ganhar, mas o povo vai ganhar. O povo que está em Nova Colina, nas margem da BR 174, mas próximo de Nova Colina e Jundiá, com certeza, vai ganhar e se o povo da região vai ganhar, o município mãe, que é Rorainópolis, também vai ganhar com isso. Eu estava ouvindo hoje, a entrevista do Deputado Remídio e logo cedo, em uma entrevista fui questionado se o município perderia receita. Bem, o município tem o Fundo de Participação Municipal, enfim, todas as receitas de transferências são levadas em consideração à população. É feito proporcional à população. É claro que, se é proporcional à população, o município, em termo de valores, pode sim, diminuir aquilo que arrecada. Mas ele vai perder? Não, de forma alguma. Ele vai receber de acordo com a população que vai ser preciso atender. Então, em termos reais, o município não vai perder, Rorainópolis não vai perder. Nova Colina, Equador e Jundiá, é que irão ganhar. irão ganhar por quê? Porque vai ter que montar toda uma infraestrutura na sede do outro município e a sede do outro município, que está sendo criado, com certeza, vai ficar mais próximo de Equador, Jundiá, vai ficar menor a área a ser atendida. Conseqüentemente, esse novo município vai poder também estar mais próximo de sua população. Com relação a Rorainópolis, também vai ganhar com isso, porque também diminuirá a quantidade de vilas atendidas, e vão diminuir as distâncias entre a sede do município, as vicinais e a sede das vilas. O morador, por exemplo, da estradinha do Jundiá pra ir até Rorainópolis tem que vir pra Jundiá, dormir em Jundiá, pegar um ônibus pra chegar em Rorainópolis. Com o novo Município, ele vai diminuir quarenta quilômetro do seu percurso, porque não vai precisar ir até Rorainópolis. Vai chegar em Nova Colina e vai resolver seus problemas a nível municipal, lá em Nova Colina. Com relação ao Equador, você não vai precisar percorrer mais quarenta quilômetro pra frente, vai resolver em Nova Colina, Colocando Colina, como provável sede. Isso, com certeza, vai facilitar a vida das pessoas. No momento em que eu diminuo essas distâncias, eu estou mais próximo do poder público e da população. Então, não vai haver perdas para o município-mãe. Esse é

o meu ponto de vista, como Prefeito. Por outro lado, sempre digo e acredito piamente que Rorainópolis já é uma cidade com uma certa estrutura e continuará sendo o centro da BR 174. Se criar um município, um novo município de Novo Paraíso, Rorainópolis não vai perder o status de cidade mais desenvolvida, do melhor comércio da região, enfim Rorainópolis vai se fortalecer, porque os novos municípios fortalecidos, com certeza, estreitarão a relação com o município-mãe, que é Rorainópolis. Então eu acho que Rorainópolis, na verdade, só terá muito a ganhar com isso. Com relação aos limites do município, acho que é uma questão pra ser debatida com a Câmara de Vereadores, de Rorainópolis, que vai ceder espaço para o novo município. Eu quero Chamar a atenção que o Carpanini está aqui e participou, junto comigo, da Comissão de emancipação do município da Rorainópolis. Quando nós criamos o município de Rorainópolis, criamos os limites do município da forma que nós queríamos criar. Mas, na verdade, o pessoal de São Luiz ficou com despeito de que Rorainópolis tirou quase tudo de São Luiz. Na verdade, não tiramos tudo de São Luiz, mas ficava inviável, por exemplo, Martins Pereira, que está aqui na BR 174, pertencer a São Luiz, a vicinal "Um" que liga com a Doze pertencer a São Luiz, pois fica mais próximo de Rorainópolis. Acho que é um questionamento que a gente, ainda vai ter que discutir a título de Câmara Municipal, lideranças locais para discutir uma forma mais viável. No momento certo vamos discutir isso com a Assembleia. Agradeço a todos e quero dizer que, as pessoas que participarem com perguntas e se tiverem alguma dúvida, os Deputados estão aqui para esclarecer. Tenho certeza que há muitas dúvidas, então participem. Muito obrigado e uma boa-tarde a todos.

O Senhor Presidente Remídio Monai - Com a palavra. agora o Vereador Márcio, do Equador

Vereador Márcio - Boa-tarde a todos os Deputados, ao Prefeito, todo povo do Equador, das vicinais. Todo esse movimento é importante para o futuro da nossa localidade. A minha pergunta que é também do povo de Equador, ao Senhor Aimerê: Aimerê, quando se tratar de emancipação, o povo vai votar pra decidir a sede, na Colina ou em Equador.

Professor Aimerê - Vereador, quem manda é o povo. Agora a localidade tem que preencher os requisitos mínimos. A vila mais estruturada é a Nova Colina, considerando o aspecto técnico. Quanto ao aspecto político, os Deputados respondem.

Vereador Márcio - Só outra pergunta para concluir. Para o ano que vem já existe eleição no novo município?

Professor Aimerê - Depende do tempo da Câmara Federal.

O Senhor Presidente Remídio Monai - Por isso que estamos adiantando na Assembleia a nossa parte, porque depois de feito o trabalho, a Assembleia aprova rapidinho pra o TRE fazer o Plebiscito que é um órgão independente que tem seu tempo. Com a palavra a Diretora da Escola, Dhianne Carpanini

Diretora da Escola Pedro Moleta, Dhianne Carpanini - Boa- tarde a todos os moradores do Equador e também da vila Colina. Estou feliz por participar desta Audiência. Eu tenho uma pergunta para o Senhor Aimerê. Qual tempo que nós temos para fazer um abaixo-assinado e se tem prazo para entrega?

Professor Aimerê - Tempo determinado, não há, mas quanto menor o tempo, pra reunir dez por cento dos eleitores, creio que em dois meses seja suficiente.

Diretora da Escola Pedro Moleta, Dhianne Carpanini - Gostaria de saber também: quem seria a pessoa responsável pra entregar as assinaturas, porque é muito difícil chegar até vocês.

O Senhor Presidente Remídio Monai - É preciso formar uma comissão com algumas lideranças do Jundiá, do Equador e algumas da Colina. Essa Comissão é que vai cuidar de toda essa questão, inclusive, registrar em em Ata e, por meio de um requerimento, à Assembleia legislativa com a assinatura de dez por cento dos eleitores. Se alguma Autoridade que está aqui e poder ir pra Colina seria bom para tratar da formação dessa comissão, cada um fala em nome de sua localidade para que aconteça mais rápido possível. Com a palavra o Senhor Raimundo. Senhor Raimundo - Presidente da Associação de Produtores Rurais e Apicultores: Boa-tarde aos moradores da vila do Equador, Jundiá, Colina e à Mesa, Parlamentares. Quero dizer que tudo tem o seu dia determinado. Agradeço a Deus em nome da comunidade, que esta reunião seja de grande utilidade para cada cidadão e cidadã deste distrito. Com relação aos requisitos para estrutura do novo município, realmente a estrutura do Equador é pouca. Mas, se o Equador, mesmo sem estrutura, tivesse mais votos do que na Colina, poderia ser a sede do município?

Senhor Presidente Remídio Monai – Olha, gente, com relação à sede, é uma campanha que vocês irão ter que fazer, para tentar sobrepor à Colina. Vocês têm tempo. Tem muita gente que está aqui, mas não vota aqui. Uns votam em Jundiá, outros na Colina, outros ainda em Rorainópolis. Façam uma campanha para que transfiram os títulos para o Equador pra ter mais eleitor do que a Colina. Está em tempo, ainda, porque o município não vai ser criado hoje. É uma campanha que cada um vai ter que fazer. Vocês querem a sede da Prefeitura aqui? É bom, porque virão banco, celular, INSS, Correios, TV, Rádio, toda uma estrutura pra sede. Então, vocês têm razão em querer trazer pra cá. Para nós Deputados, o que for decidido aqui, vamos acatar. O trabalho está na mão de vocês, corram atrás e boa sorte. Como as Lideranças já falaram, vamos passar a palavra para os Deputados. Deputado Brito.

Deputado Brito – Boa-tarde a todos da Vila do Equador, da Colina e do Jundiá. Cumprimento o Presidente da Mesa, Remídio Monai, o Prefeito de Rorainópolis e demais Autoridades presentes. É de suma importância o debate que, hoje, abrimos trazendo às vilas que provavelmente serão municípios, que é uma vontade legítima dos moradores da vila do Equador. O que vocês deverão fazer a partir de agora é ir à Colina, procurar os parentes e diz-lhes que o Equador é melhor pra ser a sede do município. A mesma coisa em Boa Vista, ou seja, é uma campanha, para o Equador ser a sede do município. Nós da Assembleia, vamos apenas acatar, o que vocês decidirem. O mais importante é que vocês vão ter o Poder Público bem mais próximo, para poder cobrar. Estamos à disposição, o Grupo Técnico vai disponibilizar toda documentação necessária para emancipar esta região. Agradeço a oportunidade de estar aqui, hoje, e estou na Assembleia para atender todos vocês. Um abraço e fiquem com Deus.

Senhor Presidente Remídio Monai – Com a palavra a Deputada Ângela Portella.

Deputada Ângela Portella – Boa-tarde a todos. Deputado Remídio, Presidente da Comissão, Prefeito James, Vereadores Márcio e Pinto Louco, nobres colegas Deputados, Diretora Dhianne. Com relação aos assuntos que estamos tratando, já falaram bastante a respeito, quero, apenas pedir, que a população participe ativamente observando os critérios de criação de novos municípios, porque é a presença do Poder Público no que diz respeito aos programas sociais. Muito obrigada a todos.

Senhor Presidente Remídio Monai – Com a palavra o Deputado Gabriel. Deputado Gabriel – Boa-tarde a todos. Deputado Remídio, Presidente da Comissão, Prefeito James, Vereadores Márcio e Pinto Louco, nobres colegas Deputados, Diretora Dhianne, enquanto a lei não for aprovada na Câmara Federal, aconselho que vocês dialoguem aspectos no sentido de viabilizar a efetivação, a criação de municípios. Estou à disposição para ajudar no que for preciso.

Senhor Presidente Remídio Monai – Com a palavra o Deputado Naldo da Loteria.

Deputado Naldo da Loteria – Senhor Presidente, Deputado Remídio Monai, Prefeito James, nobres colegas Deputados e Vereadores presentes, esperamos que o crescimento dessas idéias ocorram para que as localidades pretendidas venham a ser transformadas em municípios. Desejo boa sorte a vocês, contem com o nosso apoio. Obrigado.

Senhor Presidente Remídio Monai – Quero registrar a presença do Senhor Inácio, representante da região. Para concluir quero dizer que o tema emancipação municipal necessita da participação popular, isto é, exige a manifestação da população requerendo várias providências. Não havendo mais nada a tratar, um abraço a todos e até uma próxima oportunidade.

Remídio Monai

Presidente da Comissão

Aprovada em: 13/05/11

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 06/11, ALTERADA PELA 016/11 E 021/11, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2011

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às dez horas e cinquenta e quatro minutos, na Câmara Municipal de São Luiz do Anauá, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 06/11, alterada pela 016/11 e 021/11, de 23 de fevereiro de 2011, destinada para, através dos estudos técnicos realizados pelo Grupo constituído pela Resolução nº 004/11, analisar e emitir parecer sobre a criação de novos Municípios no território do Estado de Roraima, sob a Presidência do Senhor

Deputado Remídio Monai. Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra.

I – ABERTURA DA REUNIÃO

O Senhor Presidente Remídio Monai – Havendo quorum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão. Solicito ao Secretário desta Comissão, que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

II – LEITURA DA ATA

O Senhor Deputado Naldo da Loteria – Solicito a dispensa da leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão, para conhecimento do seu teor.

O Senhor Presidente Remídio Monai – Coloco a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, em votação. Informo que a Ata foi aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão.

III – ORDEM DO DIA (Não houve)

IV – EXPEDIENTE

O Senhor Presidente Remídio Monai – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui em São Luiz para falarmos sobre um tema de grande importância para o desenvolvimento do Estado de Roraima. Quero cumprimentar aqui o prefeito João de Deus e todos os Vereadores de Caracará. O objetivo da Comissão que foi criada na ALE-RR, de emancipação de vilas, é transformá-las em município. A princípio, nos estamos fazendo um trabalho de divulgação de uma lei que está tramitando no Congresso Nacional. Ela foi aprovada e está sendo regulamentada para estabelecermos como serão criados novos municípios daqui pra frente. Essa lei foi aprovada no Senado e está hoje tramitando nas comissões da Câmara. Quando for concluída, estará regulamentada e poderá, a partir daí, serem criados novos municípios. O nosso grupo técnico está aqui com informações de como está tramitando a lei no Congresso. Então, a nossa intenção é fazer como os outros Estados estão fazendo, fazer estudos de viabilidade, apesar dessa lei não ter sido aprovada, ou seja, estamos tentando fazer a nossa parte, levando informações à população de como proceder assim que a lei for aprovada. Identificamos algumas localidades que podem ser transformadas em município como Nova Colina e Rorainópolis. Se as unirmos a Equador e Jundiá, teremos melhores condições de transformá-las em municípios. A lei estabelece que para ser transformado em município, a localidade precisa ter cinco mil habitantes, ou dois mil e quinhentos eleitores. Para se ter uma idéia, há mais de três mil eleitores, nessas vilas que estamos realizando estudos e, gostaríamos, também, que fosse criado o município de Novo Paraíso, bem como a Vila do Baixo Rio Branco, cuja a nossa intenção, também é transformá-la em município. No entanto, pelos critérios da Lei federal, nós estamos encontrando algumas dificuldades, principalmente em Santa Maria e em Novo Paraíso, devido ao número de moradores e de eleitores. Fomos procurado esta semana pelas lideranças de Novo Paraíso e Itã, na RR 432, pedindo a criação de novos municípios e solicitando audiência com a comissão em Boa Vista, na terça-feira, às 15 horas, na ALE-RR. Eles disseram que têm como contribuir, pois tem muita gente que reside na região e vota em outro município. Eles querem fazer um movimento para as pessoas transferirem os títulos para as localidades pretendidas. Se conseguirem essas transferências de títulos, a princípio, estaria incluso na criação o município de Novo Paraíso. Agora, para que a mudança aconteça, é necessária a criação de uma comissão para recolher pelo menos dez por cento de assinaturas dos moradores e encaminhar um requerimento para a Assembleia para que esta possa autorizar o TRE a fazer o plebiscito. A maioria irá decidir votando “sim” pela criação de um novo município. Isso não depende do Prefeito, dos Deputados ou dos Vereadores, depende do “sim” da população de todo o município e não só da população das localidades que serão emancipadas. No caso de Serra Dourada, precisamos do “Sim” dos moradores de Caracará e de São Luiz que são as partes interessadas. Passo a palavra ao Grupo Técnico, que irá fazer a exposição dos critérios para a criação de novos municípios.

Professor Aimerê Freitas - Quero cumprimentar a todos os presentes, em especial o Presidente da Comissão, Deputado Remídio Monai, o nobre Prefeito Senhor Carlos James, a Primeira Dama, Senhora Noeli, o Deputado Brito, a Deputada Ângela, o Deputado Naldo da Loteria e os Vereadores. O Grupo Técnico está numa missão específica de informar, mas grande parte das informações, o nosso Presidente sabiamente já nos repassou sobre o andamento desse processo. Nós temos aqui um texto do Parágrafo V, do art. 18, da Constituição de 1988. Esta Constituição dizia que a criação, incorporação e fusão dos

Municípios eram feitas através de Lei Estadual, obedecidos os requisitos previstos na Lei Complementar, também Estadual. Então, este trabalho foi o que deu a possibilidade de criarem os municípios anteriores, porém, esta Constituição, e este art. 18, Parágrafo V, sofreu uma Emenda, em 1996, alterando a maneira de criar municípios no Brasil, dizendo que novas criações serão feitas por Lei Estadual, porém, dependendo de Lei Complementar Federal, ou seja, o Governo Federal chamou pra si a responsabilidade, e neste intervalo de tempo, alguns Estados fizeram a criação de municípios, e isso foi parar no Supremo Tribunal Federal, que decidiu manter as criações realizadas até 2006, cuja a Lei tinha sido publicada até 30 de dezembro de 2006. Validou àqueles que haviam sido criados até 2006, e a partir daí, voltou a funcionar a Emenda que eu falei anteriormente, que é esta que o Deputado Remídio já se referiu. E esta Lei está tramitando na Câmara Federal. Então, só vão existir novos municípios se a Lei Federal for aprovada, pois ela impõe a necessidade de alguns estudos. Por isso é que nós estamos aqui, nós somos os estudiosos. Há três estudos de viabilidade: o estudo econômico financeiro, o político administrativo e o sócio ambiental. A criação de Municípios é uma questão de extrema responsabilidade. Vejamos assim, para se adentrar nesta questão dos estudos de viabilidade, foram estabelecidos alguns pré-requisitos, e são eles: a existência de pelo menos cinco mil habitantes, dois mil e quinhentos eleitores, imóveis na Sede, pelo menos dez por cento iguais ao menor município, número de imóveis públicos, escolas, rádios, telefones, estradas e outros. É a respeito disso que o Deputado Remídio se referiu ao dizer que a Vila de Nova Colina é a número hum do Estado, no que se refere ao preenchimento desses pré-requisitos. Sobre o estudo econômico financeiro, há que se demonstrar a existência de receita fiscal com base no ano anterior, receitas provenientes de transferências Estaduais e Federais. Estes são detalhes técnicos extremamente importantes.

Professor Lourival Silva – Defendo o desmembramento de Serra Dourada para São Luiz porque faço parte da origem dos moradores da Vila. Conforme a norma do presidente da Comissão, a aprovação depende de uma votação do município inteiro de Caracará Isso me parece estranho, pois há dez anos atrás a Assembleia de Roraima, atendendo esta mesma solicitação, enviou à nossa Vila uma comissão composta por um advogado. O presidente da Assembleia, juntamente com 50 colonos, esclareceu que o processo seria feito com apenas 85% das assinaturas de eleitores com carteira de identidade, e o plebiscito seria feito dentro da região de Serra Dourada. Agora, não levamos sorte, pois o prefeito de São Luiz e o de Caracará não nos avisou e, até hoje, a gente vem esperando e, por isso, eu defendo a desvinculação de Serra Dourada de Caracará. A vila começou com colonos de São Luiz. Durante 22 anos a administração de São Luiz nunca se negou a dar assistência. Por exemplo, de 89 a 93, quando o prefeito era Onésimo Valério, tínhamos apenas uma picadinha e o prefeito ajudou cedendo a corrente para o motoserra, e foi feita a abertura da estrada. Cedeu não só a balsa, mas, um um jerico, um funcionário que trazia toda a produção. Também foi ele que fundou a escola de primeira série. De 93 a 97, o prefeito Manuel construiu a primeira escola, construída de madeira, e a ampliou, dentre outras coisas que fez para ajudar aquela comunidade. De 97 a 2001, Elizeu Alves ampliou do ensino infantil até o ensino fundamental. De 2001 a 2005, com o prefeito Geraldo Alves, não tivemos prejuízo. Ele mandou aterrar a estrada. De 2005 a 2009, Valderi manteve atenção continua. Caracará justifica que a maioria dos eleitores são de Caracará e a assistência deixa a desejar. Quando partimos para a assistência em relação ao projeto feito pela prefeitura de São Luiz, essa câmara não pode aprovar por se tratar de outro município. A nossa base de sustentação é aqui. A única saída é que haja uma maneira para que possamos cobrar de São Luiz. Por fim, defendemos que Serra Dourada pertença a São Luiz, mas partimos para o campo da assistência, que é em Caracará. É muito mais difícil mantermos uma demanda de assistência se pertencermos a Novo Paraíso, vai se tornar a mesma coisa, pois para Caracará são 160 km e para Novo Paraíso é bem mais perto. Sou favorável que São Luiz deva receber a região de Serra Dourada. Os pré-requisitos em favor do desmembramento envolve o município de Caracará todo, e não somente a Vila de Serra Dourada. O Senhor Presidente Remídio Monai – Com relação à colocação do professor, foi retirada da Assembleia o poder de legislar sobre a criação e o desmembramento de municípios. Essa lei agora é federal. A nossa lei na Assembleia diz que a partir de 2500 moradores pode-se criar um novo município, e com 30% dos eleitores. A nossa lei é bem mais flexível, mas o poder federal nos retirou esse direito de continuar

legislando sobre essa questão. E, a nova lei diz que todo o município deve ser ouvido. É uma lei federal que a Assembleia tem que seguir. Não temos como fazer nada. É uma determinação da lei que deve ser respeitada.

O Senhor Judecir Nunes – É de grande importância o ato que está acontecendo em São Luiz. Eu trabalhei lá. Em 89 a balsa e a despesa com ela era minha. A primeira pinguela que cruzava o rio Anauá foi construída por mim, e pela minha família, para ajudar aquela comunidade. Fui o primeiro a transferir o título para Caracará. Conseguimos transferir 105 títulos de São Luiz para Caracará porque disseram que teríamos poder de decisão. Senhores, essa é a realidade. Senhor José Nunes - Bom dia a todos em nome da comissão que se faz presente. Vou ser breve. Eu quero aqui só retratar a realidade de Serra Dourada. Eu, como um dos primeiros moradores de Serra Dourada sei que em 88 só havia uma picada e só passava bicicleta. Eu ia a pé para Serra Dourada. Quero que São Luiz tenha Direito sobre Serra Dourada. Hoje é difícil falar com um prefeito, falar com um vereador. Todas às vezes que eu vou lá em Caracará, lá na Câmara, nunca um vereador bateu a porta na minha cara. Está aqui o Benerva. Se o povo disser não, vamos encarar a realidade, mas Caracará tem que definir quem manda na Casa. Se o município de Caracará disser sim, aí então tudo bem, mas o povo é que tem que decidir o que é bom para eles.

O Senhor Fininho – Bom-dia a todos. Eu estou feliz de ver aqui os Deputados. Tenho 16 anos de Serra Dourada, e digo que o que o vereador decidir eu sou a favor Não posso dizer que sou A e nem B. Se passar para São Luiz, eu fico feliz. Tenho propriedades lá e aqui e se não acontecer, é da vontade do povo e eu não posso dizer nada. Agradeço muito a vocês e aos vereadores de Caracará que sempre nos dão oportunidade. Muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente Remídio Monai - Se há alguém aí que queira fazer uso da palavra, está franqueada. Quem quiser fazer seus esclarecimentos, por favor, fazer uma pergunta ou questionar, fiquem a vontade, aqui é a Casa do povo.

O Senhor Mizael – Senhor Presidente da Casa, Vereador Valmir, Deputado Remídio Monai, Vereadores de Caracará e o povo presente. Eu sou morador de Serra Dourada, vivo e trabalho nesta região e sou a favor que ela faça parte do município de São Luiz. Queria que o povo de Serra Dourada estivesse aqui porque quando precisamos de um carro e de ir lá em Caracará estamos impossibilitados. Por isso é que o povo pede socorro e a prefeitura de Caracará não pode fazer nada, e São Luiz também não. Então, o povo estão sofrendo e eu peço a vocês, autoridades, socorro. O povo de Serra Dourada está sofrendo e pede socorro. Eu não quero nem saber quem é contra ou a favor, mas toda a vila de Serra Dourada depende de São Luiz, visto que a assistência de lá vem daqui. Agora, sai de Serra Dourada para pedir cinco litros de diesel para Caracará pra ver a dificuldade. Então, eu sou a favor.

O Senhor Presidente Remídio Monai – Olha minha gente, vocês falaram e eu vejo a importância, mas vou falar uma coisa, vocês estão nas mãos do povo de Caracará. Vocês vão depender deles. Então, eu estou vendo aqui uma solução que não é uma decisão minha, é uma Lei Federal. Para vocês provarem que existem, vocês têm que ter uma urna lá dentro e provar que tem 200, 300 eleitores e, se quiserem fazer parte de São Luiz, têm que pedir para o povo de Caracará pensar com carinho, porque se dependesse do povo de São Luiz, tenho certeza que vocês já fariam parte desse município, pois percebi que aqui todo mundo recebe vocês de braços abertos. Mas, a lei impõe que vocês dependam de Caracará para serem desmembrados do município. Então, a coisa está caminhando e, infelizmente, é preciso ter uma urna lá para vocês votarem. Vou passar a palavra para o Vereador Dormival.

Vereador Dormival – Quero dizer que sou solidário à presença da Comissão da Assembleia Legislativa que se faz presente nessa região. Com relação à audiência pública, quem vai decidir é o público de Serra Dourada que tem conhecimento das dificuldades e das necessidades. Nós não temos culpa disso, e nem prefeito. O Deputado falou em urna. Já solicitamos ao TRE uma urna em Serra Dourada, mas me disseram que tem que haver pelo menos 50 eleitores. O motivo da urna era para que todos os moradores dali votassem. Acredito que ainda exista um caminho e que deva existir pelo menos o domicílio eleitoral naquela região, Independentemente do número suficiente de pessoas naquela localidade. Eu defendo a emancipação para que acabem as dificuldades naquela região. Sou a favor daquilo que ajuda a quem necessita. O mandato de um Vereador é diferente do de um Deputado Estadual. Um dia o Vereador está de um lado e acontece uma decisão, ele vai para o outro. No governo de Flamarion Portela eu trabalhei dois anos na região de Serra Dourada. Eu quero parabenizar o presidente

da Câmara Municipal e a Comissão de emancipação. Quero dizer que tem o meu apoio para emancipação da localidade de Novo Paraíso, se atender as necessidades de todos. O político tem que ser político, não só quando necessita do voto, mas quando a população precisa. Quero agradecer a todos e dizer que a câmara de Caracará está de portas abertas.

Vereador Gilvan Nunes – O ex-prefeito de Caracará, Antonio Reis, abriu a vicinal que dá acesso a vila de Serra Dourada, assim como o posto de saúde, e há funcionário naquele posto que é pago pela prefeitura. Disseram que Caracará não dá um litro de óleo, mas tem um trator de lá e um trator do Estado que atende aquela comunidade. De 15 em 15 dias tem um caminhão que busca a produção, muitas vezes, é o colono que coloca óleo, como disse o Vereador Benerval, mas eles têm apoio. Há duas viaturas do Estado para atender aquela comunidade, uma na mão do senhor Paulo e outra na mão do senhor Mato Grosso. Os moradores que moram lá sabem, quem mora aqui e tem lote lá. Se Serra Dourada for desmembrada para Novo Paraíso, tem o apoio desse vereador. Agora, se Serra Dourada for para São Luiz, eu sou contra. No entanto, se Novo Paraíso for emancipado, tem o apoio desse vereador e da Câmara lá de Caracará.

O Senhor Edson Prado Barros, Procurador Jurídico de Caracará – Não vou emitir juízo de valor. Quero fazer uma pergunta senhor presidente. Esse processo de incorporação de municípios são para o município de São Luiz e Caracará? Pois bem, o prefeito está à disposição para o diálogo. Na verdade, vai haver uma eleição e, isso ficou muito claro para quem tem interesse. Se Serra Dourada tem esse interesse, o caminho é o diálogo, porque quem vai decidir é a população de Caracará que precisa mostrar para o prefeito que é interessante, que é importante que Serra Dourada venha para São Luiz e, a partir daí, trabalhar a população de Caracará. As leis são feitas para Estados grandes e não para pequenos. As leis, muitas vezes, não feitas para nós, mas para os grandes centros, pois quem tem que decidir pelo Estado, que só tem 16 municípios, é o próprio e não Brasília. Quem tem que saber o que bom para vocês é a população, a Assembleia Legislativa, e não o governo federal, o Congresso Nacional Então, Senhor Presidente, o prefeito de Caracará está à disposição. Não estamos aqui para atrapalhar ou prejudicar ninguém. O município de Caracará, e aquelas pessoas que dependem dele, não podem ficar desamparadas. Com relação à questão de transformar, de emancipar e desmembrar, precisamos conversar.

Vereador Isac – Sou um grande parceiro de Serra Dourada. O povo da região tem vontade de fazer parte de São Luiz. O presidente Valmir já esteve lá e isso é vontade deles. Eles querem assim. Então, que passe a São Luiz. A ponte do Anauá caiu e nós arrumamos, a de Serra Dourada tem assistência precária, só o seu Paulo trabalha e fica difícil dar conta daquele povo. Muito obrigado.

Vereadora Vanuza – São Luiz – (agradeceu) Serra Dourada é um problema sério. Quando os Deputados vieram na sessão itinerante, aconteceu os problemas da enchente e hoje, o problema está acontecendo, mas vamos resolvê-lo. Hoje, quem veio aqui, deixou a sua moto ou o seu carro do outro lado e teve que atravessar de balsa. Em 2009 fomos a Caracará e não fomos atendidos pelo prefeito. Respeito da educação, a diretora do centro de lá disse que não havia a necessidade de transporte. Liguei para o Deputado Remídio, e somente esta semana chegou o transporte escolar. Então, são mais de 15 alunos prejudicados, simplesmente por falta de comunicação. Veja só a dificuldade desse povo com a comunicação com Caracará. São 56 eleitores apenas, eles aqui não me deixam mentir, quem vota no 500 não tem transporte e assistência. Vocês ouviram os depoimentos das pessoas. Os poucos que estão lá reclamam demais. Os Vereadores estão corretos em não querer perder um pedacinho. Mas há quem veja a prioridade. Temos que pensar nas pessoas que estão ilhadas naquele lugar.

O Senhor Presidente Deputado Remídio Monai – Esclarecendo aqui ao Doutor, procurador de Caracará, segundo a nossa assessoria nos informou, que o artigo 22, diz que, homologado o estudo de viabilidade municipal, a Assembleia Legislativa, observando o artigo nono quanto ao ato legislativo autoriza a realização de plebiscito para consulta à população de todos os municípios envolvidos.

Vereador Alcides - Vou ser breve. Hoje temos que pensar o que é bom para a comunidade, porque há moradores de Serra Dourada que são a favor e outros que são contra. Nós, o povo daqui, estamos distante de Novo Paraíso 50 quilômetros, e de Caracará, 160 quilômetros. Isso dificulta uma assistência básica, dificulta uma urgência em caso de saúde dos moradores de Serra Dourada, pois a assistência básica vai continuar em São Luiz. Todos nós, Vereadores, Deputados, devemos

lutar em prol de Serra Dourada. porque essa reunião de hoje não está sendo realizada em Serra Dourada? Hoje, os moradores vieram de moto, mas não conseguem chegar aos municípios. Devíamos estar lá agora em Serra Dourada.

Vereador Josileuson – (Agradeceu) Quero dizer que estamos de comum acordo que Serra Dourada venha a fazer parte do nosso município. Nós queremos Serra Dourada. O Vereador de Caracará veio a tribuna dessa Casa e falou, também, dos serviços prestados pela prefeitura. Vossa excelência, como vereador, fiscalize as ações de Serra Dourada. Lá há estruturas para serem usadas. Quero pedir aos Vereadores que fiscalizem as ações do prefeito de Caracará em Serra Dourada. Temos reclamações e denúncias que essa estrutura não é usada em favor de Serra Dourada.

O Senhor José Nunes – Tudo está sendo usado em propriedades particulares. Tive que pagar 65 reais para tirar a minha produção de banana.

Vereador Josileuson - Para o povo de Serra Dourada, mesmo sem a legalidade, o prefeito dá sua colaboração. Os vereadores de Caracará devem fiscalizar quem são realmente as pessoas que precisam e que devem ser beneficiadas. Eu quero aqui deixar o meu manifesto, a minha gratidão de estar participando deste grande evento e, Deputado Remídio, dizer que pela vontade de São Luiz, Serra Dourada está no nosso coração, mas infelizmente não podemos decidir. Queremos sim, que Serra Dourada seja incorporada ao município de São Luiz ou vá para o 500 e, que o povo de Serra Dourada não seja penalizado.

Vereadora Luzinete – Ouvindo a fala de cada um dos nossos nobres colegas, vimos a preocupação de cada um com Serra Dourada. Serra Dourada é um filho de São Luiz, o qual foi arrancado dos braços dessa mãe. Caracará é uma mãe adotiva e São Luiz, como mãe legítima, quer o filho de volta e, se Serra Dourada passar para o 500, continuam os mesmos problemas porque o sangue de uma mãe corre na veia de seu filho. E, esse filho sempre vai estar voltando à casa de sua mãe pedindo apoio na vida social e a cada instante, mas, vejo que depende da vontade de Caracará. Como foca o direito que está garantido na Constituição Federal, temos o direito de ir e vir. As leis são feitas por grandes Estados e os Estados pequenos sofrem porque nossa realidade é outra. Os problemas de Serra Dourada, são problemas de São Luiz. Mesmo sendo arrancada dos braços dessa mãe, o sofrimento continuará por muitos anos, Senhor Presidente.

Deputada Ângela Portella – Nesse momento, ao lado de vocês, independente dessa situação de ser de Caracará ou de São Luiz, a questão da emancipação de Serra Dourada é interessante e ajuda a desenvolver a região. Temos bons exemplos como São Luiz e Itacema que tiveram a oportunidade de desenvolver, pois, nenhum interesse deve se sobrepor ao interesse dos moradores, seja do 500, seja de Serra Dourada. Então, todo processo é para que as famílias tenham qualidade de vida. Um bom fim de semana a todos.

Deputado Brito Bezerra – (Agradeceu) Eu tenho acompanhado as reuniões. Essa situação que nos debatemos aqui na câmara de São Luiz é uma das mais polêmicas porque existem várias vertentes, a vertente de Serra Dourada, de se agregar ao município de São Luiz, e a de continuar em Caracará até a Lei ser aprovada no Congresso Nacional. Se for criado o município de Novo Paraíso, existe a vertente de Serra Dourada pertencer ao novo município. Isso é democracia. Conforme a equipe técnica colocou, precisamos formar uma comissão para que possamos definir e decidir o que é melhor para a comunidade. Muito bem, temos que decidir é pela vontade do povo de Serra Dourada, de acordo com o que irá melhorar a qualidade de vida do povo de Serra Dourada. Continuar sendo de Caracará ou passar a fazer parte de São Luiz, ou criar um novo município. Coloque-me à disposição na Assembleia. Vou participar de todas as reuniões para que nos possamos chegar a um consenso e que esse seja o melhor para Serra Dourada, e que a população possa desfrutar de saúde, educação, segurança, e dar melhores condições de vida aos seus filhos e aos seus netos. Que possamos trabalhar não pensando nas próximas eleições, mas nas próximas gerações. Bom final de semana e fiquem com Deus.

Deputado Naldo da Loteria - O mais importante é que a população se uma para que possa levar à situação de Serra Dourada até a população de Caracará, a realidade, a informação, para que eles possam votar. Quem vai decidir, infelizmente, não é Serra Dourada. A população de Caracará deve ser orientada para que possa ceder para que a população seja beneficiada. É claro que Serra Dourada só será bem assistida se São Luiz estiver de acordo. Então, é isso que tem que ser feito. O importante é mostrar a população que Serra Dourada, passando para São Luiz, será bem mais assistida geograficamente do que é hoje. A maioria da

população de Serra Dourada depende de São Luiz e isso vamos tentar mudar para que haja esse entendimento, haja o plebiscito, porque se não, serão no mínimo dez anos para que possamos fazer outro.

O Senhor Presidente Remídio Monai - Temos que prestar muita atenção porque as eleições estão se aproximando e não podemos, principalmente, os moradores de Serra Dourada, nos deixar levar pela questão política, pois cada um vai querer defender o seu eleitorado. Então, temos que lutar em busca de uma melhoria, de uma união para que a questão seja resolvida da melhor maneira possível. A oposição vai defender uma posição e a situação outra. Temos que encontrar uma solução. Ainda não tenho uma opinião formada a respeito, e gostaria de vir, em uma outra oportunidade, para irmos a Serra Dourada. É interessante. Conheço Serra Dourada e suas dificuldades. Vai ser bom para os Deputados fiscalizarem essa questão do bueiro, da ponte, do caminhão, do trator para que possamos, também, levar o nosso relato ao nosso Governador, secretário ou a pessoa competente, para buscar soluções o mais breve possível para Serra Dourada. O fato é que constatamos aqui que Serra Dourada foi abandonada e São Luiz a acolheu. Criou-se um impasse, não podem investir lá. A Vereadora Luzinete falou com o coração, mas acho que temos que ouvir a razão. Não sei se é melhor vir para São Luiz ou para Novo Paraíso. Sou amigo do prefeito... Rorainópolis começou daqui e olha a potência que é. Infelizmente estamos chegando a conclusão de que Serra Dourada vai ter que ter uma urna, porque se não tiver, não há identidade. Se fizermos uma votação no município de Caracará, Serra Dourada não vai poder contribuir com "sim". Então, infelizmente, não quero semear a discórdia, mas tem que haver uma urna lá. Na minha opinião, a população de Serra Dourada deve chegar para a população de Caracará e dizer que quer ser desmembrada. Por isso, vocês têm que pensar com carinho. Não estou dizendo o que vocês tem que fazer, mas sinceramente, estou vendo que Caracará e São Luiz vão ficar tristes. Nesse momento Serra Dourada tem que pertencer a Caracará para poder votar. Infelizmente chegamos a essa realidade. Quero agradecer aos Deputados que se dispuseram a participar aqui com a gente, ao presidente da Assembleia, Chico Guerra, que nos deu o apoio necessário para irmos até aqui, a nossa assessoria que nos deu apoio, nos ajudando, agradecer aos Vereadores e, principalmente ao pessoal de Serra Dourada. Levem essa informação. Façam uma campanha em favor de Serra Dourada. Terça-feira há uma reunião na Assembleia Legislativa com o pessoal de Novo Paraíso, e isso pode interessar a vocês. É importante, que vocês de Novo Paraíso, o pessoal do 75, do 55, do Itã e de Petrolina, possam, juntos, achar uma solução que seja melhor para todos.

Vereadora Luzinete - Quando Rorainópolis foi desmembrada, havia uma solução de sobrevivência.

O Senhor Presidente Remídio Monai - Muito obrigado a todos! Está aqui o documento de abaixo-assinado, as atas de como deve ser criada a comissão. Quero passar aqui aos presidentes das Câmaras de Caracará e São Luiz. Acredito que Caracará formaria a comissão do pessoal igualmente como está sendo feito nas outras localidades e, nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Remídio Monai

Presidente da Comissão

Aprovada em: 25/05/11

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 006/2011, ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES Nº 016 E 021/2011, REALIZADA EM TREZE DE MAIO DE 2011.

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às dezoito horas e trinta minutos, na Escola Estadual Tenente João de Azevedo Cruz, na Vila Nova Colina, Município de Rorainópolis, realizou-se Audiência Pública com o objetivo de prestar esclarecimentos relativos aos estudos de viabilidade da criação de novos municípios, com a finalidade de realizar o processo de emancipação municipal.

Abertura: Após a composição da mesa dos trabalhos, o Senhor Deputado Remídio Monai - Presidente da Comissão Especial Externa, deu início aos trabalhos.

Deputado Remídio Monai (Presidente da Comissão) - Cumprimentou seus colegas Deputados, Membros da Comissão Especial Externa: Naldo da Loteria, Brito Bezerra e Ângela Águida Portella, registrando o nome dos Membros que não puderam estar presentes: Deputado Messias de Jesus, Deputado Gabriel Picanço e Deputado Rodrigo Jucá. Informou que o Presidente da Assembleia, Deputado Chico Guerra, e a Deputada Aurelina, gostariam muito de estar presente,

mas, que isso não foi possível devido a outros compromissos assumidos anteriormente. No entanto, eles pediram para que abraçassemos todos os amigos, sendo que em uma próxima oportunidade se farão presentes. Continuou cumprimentando o Prefeito Carlos James Barro Silva e os demais componentes da Mesa, lideranças locais e as pessoas presentes. Em seguida, falou que a presença da Comissão se dava em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e não como Projeto pessoal seu ou de qualquer outro Deputado, destacando que estavam na Região com a missão de esclarecer aos moradores, da Villa Colina, Equador e Jundiá, que a Lei que está em tramitação no Congresso Nacional, regulamenta a criação de novos municípios. Esta Lei foi aprovada pelo Senado e está em tramitação agora nas Comissões da Câmara, o que quer dizer que nós só vamos poder criar estes novos municípios quando esta Lei for aprovada na Câmara Federal. E, qual é o nosso papel aqui? Nosso papel, como nos outros Estados já estão fazendo, é fazer um estudo de viabilidade, fazer um levantamento para identificar, para informar a população que esta Vila pode ser transformada em um novo município. A Vila de Nova Colina, hoje, é a primeira em condições que se encaixam nos critérios de poder ser emancipada, sendo eles: cinco mil moradores e dois mil e quinhentos eleitores. Segundo informação da nossa Assessoria, Colina, Equador e Jundiá, têm três mil setecentos e poucos eleitores. Hoje, no Equador, nós fomos questionados do porquê que a Vila não poderia ser a Sede do novo município? Informamos a eles que isso se deve a Colina ter o maior número de Eleitores, prédios públicos, moradores, casas e outros. Mas, que eles poderiam buscar fazer uma campanha de transferência de Títulos, pois existem moradores do Equador, Jundiá e Nova Colina, que votam em outro lugar, outro município, ou até mesmo outro Estado. Prosseguindo, destacou que, hoje, ao chegar aqui, encontrou um Senhor com o Título do Município Amajari. Então, depende da vontade dos moradores que isso aconteça. A Colina tem condições tranquilas de formar um novo município, agora se nós pudéssemos fazer do Equador também um município seria muito bom. E porque não? Nós teríamos dois municípios, mas, hoje, somente Nova Colina se encaixa nos critérios para se transformar em um novo município. Novamente frisou que, este não é um projeto seu ou de qualquer outro Deputado, é um projeto de desenvolvimento do Estado feito pela Assembleia Legislativa Estado de Roraima. E, pediu a todos, que, com este espírito, reunissem todas as lideranças de Nova Colina, Equador e Jundiá, para que possam, o mais rápido possível, transformar esta Vila em um Município e que, para isso, irão fazer um abaixo-assinado com pelo menos dez por cento das assinaturas da população do Município. Se possível, formar, hoje, uma Comissão para poder fazer este abaixo-assinado. Esta Comissão ficaria responsável por fazer um Requerimento, onde os moradores que irão dizer quais os limites territoriais do novo município, do Rio tal até a Vicinal tal. Continuando, a Equipe Técnica colocou uma sugestão, um ponto de partida, e provavelmente alguns irão discordar, de que as lideranças que estarão na Comissão, irão ficar responsáveis de reunir a população das Vilas e Vicinais, para poderem discutir o que é melhor para o futuro município. Então, irão fazer um Requerimento, já com o aval de toda a população, para dizer o que a população local quer. Se a Câmara dos Deputados Federais aprovarem isso o mais rápido possível, depois de feito este levantamento, o Requerimento irá para a Assembleia bem como, o abaixo-assinado e o estudo de viabilidade. E, depois de identificada a possibilidade real da criação do novo município, a Assembleia terá condições de fazer isso em uma semana, ou duas. No entanto, vai depender da autorização do TRE para realizar um Plebiscito, para ver se as pessoas do Município de Rorainópolis concordam com a Emancipação. Não é só a Vila da Colina, do Equador e do Jundiá que irão votar, é todo o Município, sendo preciso então, fazer campanha, buscar apoio com os moradores de Rorainópolis, para que eles concordem com a criação do novo município. Para a Assembleia fazer o Plebiscito, vai depender da autorização do TRE, que já é outro Poder, e nós não podemos dizer se vai sair em uma semana, duas semanas, ou mais. Em seguida, destacou que os Deputados querem fazer a sua parte, orientar como são os critérios da Lei, para que moradores possam se reunir e decidir o melhor, pois com esta decisão, com o Requerimento e o abaixo-assinado, a Assembleia tem como encaminhar os trâmites legais para a criação do novo município. Finalizou passando a palavra para, o Professor Aimerê, que fará a exposição do Grupo Técnico sobre os critérios para a criação de novos municípios.

Professor Aimerê Freitas (Grupo Técnico) – Após cumprimentar todos os presentes, especialmente o Presidente da Comissão, Deputado Remídio Monai, e os demais componentes da mesa, iniciou o seu relato, informando que o Grupo Técnico estava ali numa missão especialmente técnica, para informar, mas que grande parte das informações o Presidente, sabiamente, já havia repassado sobre a razão de ser do andamento do processo. Continuou mostrando um texto do Parágrafo V, do art. 18, da Constituição de 1988. Esta Constituição de 1988, que diz que, a criação, a incorporação e a fusão dos Municípios, é feita por Lei Estadual, obedecidos requisitos previstos na Lei Complementar, também Estadual. Prosseguiu, afirmando que este trabalho foi o que deu a possibilidade de criar os municípios anteriores, porém, esta Constituição e este art. 8, Parágrafo V, sofreu uma Emenda, em 1996, alterando a maneira de criar municípios no Brasil, dizendo que a criação devia ser feita por Lei Estadual, porém, dependendo de Lei Complementar Federal, ou seja, o Governo Federal chamou para si a responsabilidade, e neste intervalo de tempo, alguns Estados fizeram a criação de municípios, e isso foi parar no Supremo Tribunal Federal, que decidiu que essas criações deveriam ser mantidas até 2006, pois a Lei havia sido publicada em 30 de dezembro de 2006. Então, validou aqueles que haviam sido criados até 2006, e a partir daí, voltou a funcionar a Emenda que eu falei anteriormente. E, esta Lei está tramitando na Câmara Federal. É bom sempre falar isso, pelo seguinte, só vão existir novos municípios se a Lei Federal for aprovada. Ela impõe a necessidade de alguns estudos, por isso é que nós estamos aqui, nós somos os estudiosos. Há três estudos de viabilidade: o estudo econômico-financeiro, político-administrativo e o sócio-ambiental. A criação de Municípios é uma questão de extrema responsabilidade. Vejamos assim, para se adentrar nesta questão dos estudos de viabilidade, foram estabelecidos alguns pré-requisitos, e são eles: a existência de pelo menos cinco mil habitantes, dois mil e quinhentos eleitores, imóveis na Sede, de pelo menos dez por cento iguais ao menor município, número de imóveis públicos, escolas, rádios, telefones, estradas e outros. É a isso que o Deputado Remídio se referiu quando disse que a Vila de Nova Colina é a número hum do Estado, no que se refere ao preenchimento desses pré-requisitos. Sobre o estudo econômico financeiro, há que se demonstrar a existência de receita fiscal com base no ano anterior, receitas provenientes de transferências Estaduais e Federais. O Senhor Aimerê considerou este um detalhe técnico extremamente importante, solicitando ao Presidente do Grupo Técnico, Senhor Lindomar Peixoto Coutinho, que fizesse a explicação de seu funcionamento.

Senhor Lindomar Peixoto Coutinho (Presidente do Grupo Técnico) – Iniciou o seu relato, cumprimentando a todos os presentes, o Presidente da Comissão, Deputado Remídio Monai e demais Membros da Mesa. Com relação à esta receita proveniente de transferências Estaduais e Federais, a maior receita, hoje, dos municípios é o FPM. Rorainópolis tem o coeficiente de receita de 1,4, visto que, a Secretaria do Tesouro Nacional estabelece uns coeficientes de repasse do FPM. O somatório desses coeficientes existentes no Estado, hoje, é de 11,4. Rorainópolis é o Município que mais arrecada com a transferência do FPM. Caso seja criado o Município de Nova Colina, e esta é a pretensão de todos aqui, Colina vai passar a receber 0,6 e, consequentemente, Rorainópolis vai perder, vai ficar com 1,2. Só que Rorainópolis perdendo, passando de 1,4 para 1,2, vai deixar de ter despesas em relação à Nova Colina, Equador e Jundiá. Colina irá assumir esta responsabilidade, mas em compensação, a Região de Rorainópolis vai passar de 1,4 para 1,6. Então, a tendência é que venha mais recursos para a Região. Quem vai ganhar é a população.

Professor Aimerê (Grupo Técnico) – Ao reafirmar a explicação do Senhor Lindomar, afirmou que a Região só tem a ganhar e, como disse hoje à tarde o Nobre Prefeito Carlos James: “Como Rorainópolis é a Cidade de maior Comércio na Região, evidentemente, circulando maior número de dinheiro, ela se beneficiará”. Colocou ainda que, esta explicação refere-se à receita que este novo município terá, ressaltou ser necessário, e este Grupo Técnico está fazendo isso, estimar as despesas com pessoal, investimentos e prestação de serviços públicos. Isso perfaz o estudo de viabilidade econômico-financeira. Quanto ao estudo político-administrativo, afirmou ser essencial o levantamento da quantidade de funcionários necessários ao funcionamento do novo município, dos bens, imóveis, instalações, veículos e outros, para dar pleno funcionamento aos Poderes Legislativo e Executivo do novo Município. E, que ainda há uma exigência nova, que é a viabilidade sócio-ambiental, levantamento da quantidade e tipologia, se existem casas de alvenaria, casas de madeira, contar uma por uma, fazer a

estimativa de crescimento demográfico. Quanto Nova Colina, ela irá crescer nos próximos anos? Essa estimativa é baseada no crescimento do Município-Mãe que é Rorainópolis. Projetam-se para frente, nos próximos anos este crescimento demográfico, sobre o levantamento estimado da produção de resíduos sólidos e efluentes, o lixo, até com isso o legislador deve se preocupar, pois aqui irá morar diversas pessoas, abrirão indústrias e comércio, que certamente irá gerar lixo. E este lixo, para onde vai? É preciso fazer o levantamento das áreas protegidas, das unidades de conservação, das áreas indígenas e militares, evidentemente daquelas que existem na Região pretendida. De ontem para cá, o Grupo Técnico esteve em Nova Colina, e fez um levantamento de que existe lá. Há, 439 residências, 04 panificadoras, 02 farmácias, 05 lojas de vestuários, 04 lojas de matérias de construção, lojas de eletrodomésticos, madeiras, CAER, polícia militar, praças, quadras de esportes, Igrejas, e outros. Então, isso faz parte da infraestrutura, tem que constar no relatório de viabilidade para que fique devidamente registrado, e encaminhar a Assembleia, que depois irá homologar isso. Continuando, falou de alguns passos adicionais, já lembrados anteriormente pelo Deputado Remídio. Entre eles, o recebimento de Requerimento dos eleitores pela Assembleia Legislativa dos Eleitores com, no mínimo de dez por cento da área solicitada. Há um formulário pronto para colocar nome, endereço, CPF, Identidade, etc. Este Requerimento deve ser endereçado a Assembleia Legislativa, que faz parte do processo, pois a criação do município, é bom que se diga, é uma reivindicação dos moradores, que solicitam aos Deputados. A Assembleia, portanto, com esta medida, recebe o pedido de viabilidade e homologa. Com o Requerimento em mãos e o estudo de viabilidade pronto, poderá autorizar a realização do Plebiscito, enviado um expediente ao TRE, solicitando essa realização nas Vilas e no Município-Mãe, e o TRE, a partir dessa solicitação, irá tomar providências para realização desse Plebiscito. Só aí então, é que a Assembleia vota a Lei de Criação e o Município está criado. Mas vejam bem, estes passos somente serão concretizados após a aprovação da Lei que está no Congresso Nacional. Então, quem tem acesso a algum Deputado Federal, peça a ele que converse com os seus Colegas do Congresso, com o Presidente da Câmara, para dar agilidade a esta Lei, para que a Assembleia Legislativa possa dar continuidade ao trabalho, como muito bem está fazendo. Muito obrigado a todos.

Deputado Remídio Monai (Presidente) – Após a explanação do Grupo técnico, o Senhor Deputado abriu espaço para a população fazer perguntas, colocando um microfone à disposição para quem quisesse tirar dúvidas.

Senhor Manelão (Morador de Nova Colina) – Saudou os Membros da Mesa, os amigos e amigas com uma Boa noite a todos. Iniciou dizendo que a Emancipação de Nova Colina é muito esperada por ele e por todos os presentes. Após perguntou ao Senhor Deputado, se o Município de Colina for emancipado, qual será o tamanho do território geográfico do município, incluindo Equador e Jundiá? E a divisa aqui será a mesma de São Luiz e Baliza?

Deputado Remídio Monai (Presidente da Comissão) – O Senhor Deputado destacou que o Professor Aimerê, mostrará uma sugestão, é só um ponto de partida. A decisão será tomada em conjunto com a comunidade.

Professor Aimerê (Grupo Técnico) – O atual limite Sul de Rorainópolis, é o Estado do Amazonas. Por exemplo, subindo, vai chegar, à direita, São João da Baliza, e São Luiz é o mesmo limite atual. Na parte Leste, nós temos aqui o Rio Branco, onde está Santa Maria do Boiaçu, e tem esta área verde que se projeta por aqui, que é uma área de proteção ecológica. E aqui, divisa com São João da Baliza e São Luiz do Anauá. Quando chega nesta frente que nós colocamos, é a futura divisa com Rorainópolis, que atualmente não existe. Então, hoje foi levantada esta questão, está em aberto para que esta Comissão a ser criada com lideranças locais, se possível, opine a melhor sugestão para que atenda aos requisitos de Rorainópolis, pois, não podemos esquecer, Rorainópolis é o dono de tudo hoje. Só vai para frente, a criação do novo município, se o Prefeito e a população de Rorainópolis quiserem. Portanto, vocês é que irão estudar e dizer qual será a melhor divisa. Quem decide são vocês.

Deputado Remídio Monai (Presidente da Comissão) – Registrou a presença do Vereador Ayrton Souza, e convidou-o a compor a mesa, passando a palavra ao Senhor Josué.

Josué (Morador de Nova Colina) – Cumprimentou os componentes da mesa e a todos os presentes, perguntando em primeiro lugar, porque em 98 iniciou o processo de emancipação e parou? Qual foi o motivo? Santa Maria do Boiaçu irá ser emancipada também? Santa Maria

difficilmente se enquadraria nos critérios exigidos para emancipação. Gostaria de saber a quem irá pertencer Santa Maria do Boiaçu? A Rorainópolis ou a Nova Colina, caso haja a emancipação de Nova Colina?

Deputado Remídio Monai (Presidente da Comissão) – Passou a palavra para o Prefeito Carlos James e, aproveitando, pediu a ele que respondesse a pergunta do Senhor Josué.

Carlos James Barro da Silva (Prefeito de Rorainópolis) – Em nome do Deputado Remídio, cumprimentou as autoridades da mesa, e em nome do Serginho, estendeu o cumprimento a todos os presentes. Respondeu a pergunta do Senhor Josué. Essa pergunta se responde exatamente com a explicação que o Professor Aimerê acabou de fazer em relação à Lei Federal. Em 1996 a Constituição sofreu uma Emenda logo após a Emancipação de Rorainópolis, não permitindo serem feitas mais emancipações da forma que haviam sido feitas. Na verdade, o Governo Federal pegou este processo para si, fez a Emenda na Lei, tirando este Poder dos Estados, voltando-o novamente a União. Então, por esta razão, aquele processo de 98 foi paralisado. E, em relação à Santa Maria do Boiaçu, o Município-Mãe, como falou aqui o Professor Aimerê, precisa também ser consultado, e por uma questão também de logística, pois, já é muito difícil para Rorainópolis, visto que, eles precisam ir a Caracará para depois ir a Santa Maria e, conseqüentemente, para o Baixo Rio Branco. São, na verdade, sete vilas que compõem o Município de Rorainópolis no Baixo Rio Branco, e já que estas Vilas não têm condições de serem emancipadas agora, na sua concepção como Prefeito, elas continuariam a fazer parte do Município de Rorainópolis. Disse, também, que no que depender da Prefeitura e dos Secretários, do ponto de vista administrativo, eles são a favor da emancipação, e o que tiver ao alcance da Prefeitura, no sentido de buscar entendimento, contribuir, inclusive na questão de logística, para fazer a Comissão funcionar, se colocam à disposição. E, que tem buscado entendimento junto aos Vereadores, para ajudar o Vereador Pinto Louco e o Vereador Marcio, nas questões inerentes a emancipação do futuro município. Colocou-se de pronto, e esclareceu, conforme já havia sido feito pelos Técnicos da Assembleia, que o Município de Rorainópolis, na verdade, não vai perder Receita, pode até diminuir sua arrecadação, mas no geral, à medida que diminui o quantitativo de receita, também diminui na mesma proporção as despesas. Isso é muito importante. A Região que será emancipada irá ganhar toda uma infraestrutura, e além das receitas de FPM, das transferências normais de todos os Municípios, ela também irá ganhar as negociações diretas com as Emendas Parlamentares, com os Deputados e Senadores em nível de Brasília, e de Emendas no Orçamento Geral da União. Colocou ainda, sua certeza do que buscam hoje para Rorainópolis. Não é fácil. Tentam convencer Deputados e Senadores a colocar Nova Colina, o Equador, o Jundiá, o Baixo Rio Branco, na Sede do Município, com a criação do novo município. Vamos ter outro parceiro aqui na BR 174, buscando juntos essa criação, é claro, pois os Prefeitos trabalham unidos, têm uma associação, se organizam para facilitar um entendimento e também para buscar recursos em Brasília. Nova Colina, tendo esta estrutura, tendo um Prefeito, uma Prefeitura própria, irá entrar no rol dessas discussões e buscar recursos diretos em Brasília para a sua Região. Portanto, quem tem a ganhar é a BR 174, é o Extremo Sul de Roraima com a criação de um novo município em Nova Colina, incorporando Equador e Jundiá. Certamente, é o povo da Região que irá ganhar, bem como o Município de Rorainópolis também. Como foi falado ainda a pouco, o comércio de Rorainópolis é forte, e a criação de um novo município fortalecendo a região, com certeza, por tabela fortalecerá o comércio de Rorainópolis. Podem ter certeza. Este é o entendimento da Prefeitura, e hoje, é o entendimento, também, da Câmara de Vereadores. Com relação a limites, isso é uma questão que irá ser discutida também a nível da Câmara Municipal, para que encontremos um entendimento, um ponto comum para o Município-Mãe e para o Novo Município. Então, esta vai ser uma discussão que ainda iremos fazer. Após a entrada desse Requerimento, vamos discutir com vocês, com a sociedade. E, é claro que temos que discutir com os moradores de Rorainópolis, com as lideranças de Rorainópolis, do Município-Mãe. Muito obrigado a todos.

Deputado Remídio Monai (Presidente da Comissão) – Antes de passar a palavra, falou saber que há pessoas contrárias a Emancipação, pois nem todas são a favor e, que se tivesse alguém contrário, este também poderia vir ali e falar, visto que, estamos em uma democracia,

cada um faz a colocação que achar válida, que achar correta. E, franqueou a palavra ao Senhor Ronaldo.

Senhor Ronaldo (Liderança Local) – Em nome do Deputado Remídio, do Prefeito James e de toda sua comitiva, cumprimentou a todos os presentes. Na oportunidade contou, que não mora no Município de Rorainópolis, mora em São Luiz. Uma extensão de oito quilômetros mais ou menos. Quem conhece o ramal do paraense sabe, que, quando passa o Rio do Peixe, já é Município de São Luiz. Então, questionou se emancipando Nova Colina, ela pertencerá ao Município de São Luiz, ou, ao Novo Município de Nova Colina, até mesmo porque, São Luiz nunca deu assistência a eles? E deixou bem claro que lá, hoje, se houver dez eleitores que votam em São Luiz, é muito, o restante vota em Rorainópolis. Ele já está morando lá há nove anos, e desde que chegou o seu título é de Nova Colina e, jamais irá transferir para São Luiz, pois estamos praticamente abandonados. Portanto, pediu aos Deputados, ao Prefeito e aos Vereadores, que façam o possível para que eles possam pertencer ao novo município de Nova Colina. Obrigado.

Deputado Remídio Monai (Presidente Comissão) – Achou importantíssima a colocação do Senhor Ronaldo, mas ponderou que, para desmembrar ou agregar qualquer parte, não é a Assembleia, os Deputados, o Prefeito ou os Vereadores que decide, quem decide são os moradores. Então, quando for mexer no Município de São Luiz, terá que ter a autorização de todos os moradores de lá. Teria que ser feito um Plebiscito também em São Luiz, para que os moradores autorizassem esse desmembramento. É possível, mas precisa passar por outro Plebiscito também em São Luiz, para dizerem se aceitam ou não. Não é a Assembleia que decide. Em seguida, passou a palavra ao Vereador Elias.

Elias Filintro Alves (Vereador de Rorainópolis) – Cumprimentou os Deputados, as Autoridades da mesa e aos demais presentes. Colocou que também estava ali buscando esclarecimentos, dentro do que a Comissão de Emancipação e o Grupo Técnico pretendem trabalhar em relação ao futuro Município de Nova Colina. Disse ainda que gostaria de saber, pois não ficou claro nesta proposta que a Assembleia está trazendo, se haverá ou não a inclusão do Baixo Rio Branco na emancipação de Nova Colina.

Professor Aimerê (Grupo Técnico) – Respondeu que não. O Raciocínio, que o Prefeito colocou anteriormente, é que o Baixo Rio Branco continue pertencendo a Rorainópolis.

Elias Filintro Alves (Vereador de Rorainópolis) – Agradeceu a resposta do Professor Aimerê, e falou que concorda cem por cento com tudo o que o Prefeito James já havia falado, com relação à emancipação, e que a Câmara Municipal de Vereadores está a inteira disposição da população, dos Deputados da Comissão. Reiterou, ainda, aquilo que o Prefeito James já havia falado sobre o Baixo Rio Branco. Falou que é um Vereador eleito pelo Município de Rorainópolis, mas que sua base principal é o Baixo Rio Branco e Santa Maria do Boiaçu, e que muita gente acha que o Baixo Rio Branco todo compreende apenas Santa Maria do Boiaçu. Disse que o Prefeito colocou com muita propriedade que o Baixo Rio Branco compreende sete comunidades. Lá é uma região de difícil acesso, eles possuem muitos problemas, problemas esses que faltam, principalmente, a comunidade do Baixo Rio Branco que tem dificuldades de chegar até os seus representantes, a Sede de Rorainópolis, pois, viajam até cinco dias consecutivos, se deslocando, muitas vezes, até em condições sub-humanas. Chegando a Caracará, estas pessoas ainda precisam se deslocar até Rorainópolis. E, se o Baixo Rio Branco ficasse incluso ao Município de Nova Colina, se tornaria ainda mais difícil porque seriam mais quarenta quilômetros, ou seja, oitenta a mais somando ida e volta para sua localidade. Portanto, ele defende que a emancipação ocorra dessa forma. Como o Prefeito já falou, podemos sentar e discutir o que não seja prejudicial ao provável futuro município de Colina e ao Município-Mãe, Rorainópolis, mas desde que o Baixo Rio Branco continue pertencendo ao Município de Rorainópolis. Disse, ainda, que gostaria, ele gostaria que o Baixo Rio Branco e Santa Maria do Boiaçu fossem emancipados também, mas entende que, diante da Lei Federal já exposta anteriormente, a nossa região não se enquadra nas condições exigidas devido ao baixo número de habitantes e de eleitores. Portanto, no seu ponto de vista, é impossível, hoje, emancipar a Região do Baixo Rio Branco. Então, que cabe aos Vereadores que representam o Baixo Rio Branco apoiar e colaborar no que for possível para que Nova Colina seja emancipada, pois, certamente, esta emancipação será um ganho para toda a Região do Sul do Estado. Ao finalizar, parabenizou a Comissão Especial Externa, em nome do Presidente,

Deputado Remídio, deixando claro sua certeza de que esta Comissão vai atingir o objetivo, o qual não é apenas dessa Comissão, mas, sim de toda a população do Sul do Estado, do Município de Rorainópolis. Obrigado!

Deputado Remídio Monai (Presidente da Comissão) – Com a palavra o Vereador Pinto Louco.

Joarismar Fernandes Pessoa – Pinto Louco (Vereador de Rorainópolis) – Cumprimentou todos os presentes, agradecendo, em primeiro lugar, a presença dos Deputados e demais autoridades. Agradeceu também, a presença de todos, falando do quão é importante a participação da população no processo de emancipação. Continuou destacando que hoje há mais de cento e cinquenta pessoas na platéia, há representante de todas as Vicinais e lideranças de Nova Colina e Equador. E, mais uma vez agradeceu aos Deputados por estarem dando o pontapé inicial, de deixar tudo acertado, e se a Lei Federal for aprovada, criarmos o novo município de Nova Colina. Falou ainda, que fica satisfeito e emocionado de ter chegado à Nova Colina com seis anos de idade, de estar no seu segundo mandato como Vereador e estar participando do processo de emancipação da referida Vila. Separou algumas perguntas, e pediu que os Deputados e o Professor Aimerê notassem, pois eram questionamentos que as pessoas da comunidade perguntavam a ele, e que este é o momento de esclarecer estas dúvidas, estes questionamentos. Após, perguntou se as assinaturas necessárias ao Requerimento precisavam ser autenticadas e reconhecidas em cartório? Quanto tempo leva para a Assembléia fazer o Decreto Legislativo, determinando que a Assembléia Legislativa realize o Plebiscito? O TRE tem recursos para fazer este Plebiscito? Como está o andamento no Congresso Nacional quanto à aprovação da Lei? O Estado já disponibiliza no orçamento de 2011, recursos para bancar a estrutura da Prefeitura, da Câmara e dos Órgãos Públicos a serem criados nos novos municípios? Se a Lei for aprovada no Congresso, pode haver algum risco do TRE dizer que não dá para fazer o Plebiscito? Será que só isso poderá ser feito na próxima Legislatura da Assembleia?

Professor Aimerê Freitas (Grupo Técnico) – Sobre a primeira pergunta se as assinaturas precisam ser autênticas. Não precisam. Segunda pergunta: Não é Decreto legislativo, é um ofício autorizando a fazer, isso leva uns cinco minutos. Quanto aos recursos disponíveis para as despesas de realização do Plebiscito pelo TRE, até o momento eles não receberam a solicitação e, portanto, não se sabe se tem disponibilidade ou não para fazer o Plebiscito. O Estado tem condições de bancar todas as despesas com novos municípios? Veja, o TRE é um Órgão Federal, ele não é Estadual, então, para fazer um Plebiscito ele tem a sua própria fonte que é o TSE, o qual remete o dinheiro para promover as Eleições. Em casos específicos, se houver uma urgência do Estado, ele pode acudir o TRE com recursos. E, quanto a manutenção do município, como nós vimos aqui há um estudo de receitas e despesas. Então, as despesas são por conta do município que irá ser criado. Este é o procedimento normal, é claro que o Estado pode, por uma questão de ajuda, construir a Prefeitura, a Câmara Municipal, e doá-las para o município.

Joarismar Fernandes Pessoa – Pinto Louco (Vereador de Rorainópolis) – Agradeceu os esclarecimentos aos questionamentos da comunidade, afirmando que agora vão formar a Comissão para que a Comunidade possa fazer sua parte, já que os Deputados estão fazendo a parte deles, e buscar apoio dos Deputados Federais para agilizar o Processo e votar a Lei no Congresso o mais rápido possível. Quanto ao Requerimento, afirmou que irão passar de casa em casa, e se colocou à disposição para fazer parte da Comissão como Presidente. Muito obrigado!

Deputado Remídio Monai (Presidente da Comissão) – Vamos ouvir agora o pronunciamento do Vereador Ayrton Souza.

Ayrton Araújo de Souza (Vereador de Rorainópolis) – Cumprimentou os Excelentíssimos Deputados presentes, em nome do Deputado Remídio Monai, o Excelentíssimo Prefeito de Rorainópolis, a Primeira Dama, seus colegas Vereadores e toda a sociedade presente. Falou da importância do momento em que estão vivendo, Visto que hoje inicia-se um processo, no qual os Deputados, na Assembleia Legislativa, já vêm trabalhando a algum tempo, processo que, com certeza, irá transformar as Vilas de Colina, Jundiá e Equador, em município. Continuando, disse acreditar que a saída para a Região, para Nova Colina e para estas Vilas é a emancipação. Afirmou acreditar nisso e que, portanto, deve haver união entre os Prefeitos, Vereadores, lideranças, ao fazerem cada um a sua parte, como está sendo feito aqui. Agradeceu a presença massiva da sociedade, mostrando que o povo é o verdadeiro interessado. Em seguida, ressaltou que a

emancipação depende da aprovação da Lei Federal que tramita no Congresso, e que irá torcer para que isso aconteça o mais rápido possível, porque sabe que o melhor para a Região é a emancipação. Agradeceu em especial a Comissão dos Deputados, por terem se empenhado neste processo, no qual vêm trabalhando, e disse que são a parte mais interessada, como representante do Município, eleitos pelo voto do povo, e por isso, irão fazer o possível, unidos para chegar a um resultado positivo para a referida Região. Agradeceu, e pediu que Deus abençoasse a todos.

Deputado Remídio Monai (Presidente da Comissão) – Antes de passar a palavra aos Deputados, perguntou se havia mais alguém que quisesse se pronunciar. Após falou que o Márcio iria dar uma palavrinha rápida, porque já havia se pronunciado.

Márcio Rodrigues Moreira (Vereador de Rorainópolis) – Cumprimentou os Deputados, o Prefeito e todos os presentes. Iniciou dizendo que o Deputado Remídio estava com medo de que ele fosse puxar sardinha para o lado do Equador, mas, sua fala foi especialmente para fazer um agradecimento aos Deputados que estão mostrando interesse, estão dando o primeiro passo. E, após este momento, disse ser importante nós formarmos a Comissão juntamente com as lideranças locais, para darmos continuidade ao processo. Na oportunidade, fez alguns questionamentos: Podemos tomar como base para a emancipação o que já foi aprovado como Distrito de Nova Colina, ou seja, as limitações geográficas, que salvo engano, começa da Vicinal 30 ou 31 até o Trairi, do Trairi até a Pedra, e desta até a área indígena? E, o primeiro passo do processo de emancipação é formar a Comissão, e o segundo é fazer o levantamento e, também, ver a área, as dimensões? É isso?

Professor Aimerê (Grupo Técnico) – Falou que os Distritos podem ser mantidos como estão, se eles estiverem no Memorial Discretivo. Caso contrário, a criação do Município possibilitará que estes Distritos sejam descritos no Memorial, isso significa que eles já são candidatos. Continuou, destacando que a Comissão, a qual o Deputado Remídio se refere, que poderá ser criada hoje aqui, irá trabalhar no sentido, principalmente, de preencher o Requerimento e avisar à população de um modo geral que o Plebiscito seja efetivado positivamente, pois, se negarem o Plebiscito, só daqui a dez anos pode se pensar novamente no mesmo assunto. Em relação a estes levantamentos de estudos de viabilidade, disse não serem competência de vocês, estes nós estamos fazendo, é claro com a ajuda de vocês no que se refere a dados, informações, etc. Sobre a questão dos limites, afirmou que é como falou o Prefeito, o Deputado Remídio, pode e deve ser discutido com a população, e a Comissão terá fundamental importância nesse processo.

Márcio Rodrigues Moreira (Vereador de Rorainópolis) – Destacou que o Vereador Pinto Louco, o Ailton e os demais que fazem parte da Vila de Nova Colina, têm que dar o primeiro passo e formar esta Comissão, junto com o pessoal do Equador, Jundiá, e aí, irá depender mais destes, porque os Deputados já estão em posição.

Carlos James Barro da Silva (Prefeito de Rorainópolis) – Falou estar quebrando o protocolo ao dizer aos Vereadores e ao pessoal de Nova Colina que, se aceitarem, ele gostaria de fazer parte desta Comissão, e se colocou à disposição.

Deputado Remídio Monai (Presidente da Comissão) – Dando continuidade, a respeito da Comissão, o Deputado Remídio disse que não só acha, como deve o Senhor James participar, pois deve haver o bom senso de todos para que haja representação dos moradores do Equador, do Jundiá, e deu uma sugestão: para que a Meiri, do Jundiá fizesse parte, e que ela definisse mais duas lideranças locais; no Equador, o Vicente, o Pinto, o Márcio, e daqui da Colina, os dois Vereadores, os Senhores Josué, Manelão, Raimundo Amazonas, o Ronaldo, os representantes dos produtores, dos Sindicatos, totalizando umas vinte pessoas mais ou menos, e de preferência que o Presidente da Comissão não fosse uma pessoa interessada numa futura candidatura, porque fica mais fácil coordenar o grupo não deixando interesses pessoais interferirem nos trabalhos e desvirtuem o objetivo. Após, ressaltou que a Comissão não é um partido, não é um Deputado, é Assembleia Legislativa num todo, trabalhando para o desenvolvimento do Estado. E, perguntou se havia mais alguém que quisesse se manifestar.

Senhor Genivaldo Gomes Mendes (Morador de Nova Colina) – Cumprimentou a todos. Falou que para a população de Nova Colina é um momento ímpar, é hora de se unir e fazer esta emancipação. Porque se Nova Colina passar a município, com certeza, os moradores irão ganhar, porque terão um administrador próprio, trabalhando diretamente para trazer recursos de Brasília, e demais projetos. Então, se sentir na obrigação de fazer parte dessa Comissão, pelo

desenvolvimento da Região que está em jogo, e que se houver o Plebiscito agora, e não passar, só daqui a dez anos. Concluiu agradecendo aos presentes.

Deputado Remídio Monai (Presidente da Comissão) – Vamos ouvir agora o pronunciamento do Deputado Naldo.

Deputado Naldo da Loteria (Membro da Comissão) – Iniciou cumprimentando o Presidente da Comissão, Deputado Remídio Monai, os Colegas Deputados, Vereadores, Prefeito do Município e a todos os demais presentes. Falou da importância da Audiência Pública e, que no Estado do Pará estão fazendo, hoje, um Plebiscito para dividir o Estado em três, e, isto quer dizer que, para haver desenvolvimento, precisa haver a presença do Poder Público, pois se não fossem as barreiras que o Governo Nacional coloca, hoje nós estaríamos criando os municípios de Colina, Equador, Baixo Rio Branco, dentre outros. Após ressaltou que com a criação de novos municípios, a região se desenvolve. Isto ocorreu com Rorainópolis, que foi criado ontem, e hoje é o maior Município do Estado. Então, disse que a oportunidade é importante, a comunidade tem que se unir. Rorainópolis, a Sede, não vai perder, pode até perder no momento, mas ganhará futuramente. A Região como um todo vai ganhar em desenvolvimento. Destacou que, no que depender da Assembleia Legislativa e dos Membros da nossa Comissão, estes farão o possível para que o novo Município seja criado o mais rápido possível. Concluiu agradecendo a todos.

Deputado Remídio Monai (Presidente da Comissão) – Passou a palavra para o Deputado Brito se pronunciar.

Deputado Brito Bezerra (Membro da Comissão) – Cumprimentou os Colegas Deputados, em nome do Presidente Remídio Monai, o Senhor Prefeito James, a todos os Vereadores, em nome do Senhor Vereador Pinto Louco, e a todos os presentes, em nome do fundador da Vila de Nova Colina, o Senhor Manelão. Aproveitou para falar do seu prazer em participar dessa Comissão. Disse acreditar que as coisas tendem a dar certo, pois está vendo pessoas mobilizadas para que Nova Colina seja Emancipada. Sobre a questão da Lei Federal estar tramitando no Congresso, disse acreditar que ela vai ser aprovada, isso é fato mas, não há como precisar o tempo, e que a partir dessa premissa, haverá condições legais de emancipar o município. Em relação ao Plebiscito, acredita não existir esta dificuldade toda, pois se o TRE não tiver recursos, pode-se fazer um convênio com a Assembleia Legislativa, que está à disposição para negociar e fazer este Plebiscito. Falou que a Sede do Novo Município provavelmente será em Nova Colina, porque ela já tem os pré-requisitos necessários, e que o Prefeito James, do Município-Mãe, está disposto a ajudar a mobilizar o povo em prol da emancipação, visto que, não existe dificuldade, pois está muito próxima a criação do Município de Nova Colina. Após, destacou que a Assembleia Legislativa, em nome do Presidente Chico Guerra, em nome da Comissão, coloca todos os recursos disponíveis. Informou que a partir da criação da Comissão, os recursos técnicos, a documentação necessária, a mobilização de pessoas, o nosso Grupo Técnico se responsabilizará para resolver estes trâmites administrativos. Em seguida, disse que todos já falaram com muita propriedade sobre os benefícios, pois sabem que o Poder Público quanto mais próximo da comunidade, fica mais fácil de ajudar, de resolver as necessidades. Sabem a importância que tem o acesso a educação, a saúde, a segurança, as vicinais, ao setor produtivo. Portanto, a Assembleia e a Comissão estão à disposição, e irão junto com os moradores fazer de Nova Colina um Novo Município aqui do Sul do Estado. Concluiu deixando um grande abraço a todos e desejando um ótimo final de semana.

Deputado Remídio Monai (Presidente da Comissão) – Passou a palavra para a Deputada Ângela Portella.

Deputada Ângela Águida Portella (Relatora da Comissão) – Cumprimentou o Excelentíssimo Deputado Remídio, Presidente da Comissão, o Prefeito James, a Primeira Dama Noeli, o Deputado Naldo, o Deputado Brito, os Vereadores, a Diretora Sra. Yara e os demais amigos. Dando início ao seu pronunciamento, falou da sua alegria de estar presente nesta Audiência Pública, onde pôde observar a participação massiva da comunidade, lutando para esta transformação social, e disse que se sente honrada de estar participando dessa Comissão. Aproveitou a oportunidade para contar aos presentes que na época da criação do Município de Rorainópolis, sua mãe era Deputada e participava ativamente do processo, e hoje está aí a realidade, Rorainópolis é o primeiro Município do interior. E, colocou

sua pretensão de ter a mesma sorte de sua mãe, de ver Nova Colina, Equador e Jundiá se unindo, e formando um Novo Município. Da mesma forma, pediu que todos participem, contribuam, entrem para a história, pois, com isso, irão se sentir muito bem. Ressaltou que, com a emancipação, todos ganharão em qualidade de vida e em desenvolvimento para esta Região. Concluiu agradecendo e desejando um bom final de semana a todos.

Deputado Remídio Monai (Presidente da Comissão) – Mais uma vez, falou das vantagens da emancipação, do Poder Público mais próximo da população com Agências Bancárias, Correios, Operadoras de Celulares, INSS, Rádio, TV, Emendas Parlamentares, que são algumas das vantagens, dos recursos que podem chegar as pessoas mais distantes e mais carentes. Informou que o Vereador Pinto Louco sugeriu que as pessoas ficassem após o término da Audiência Pública, para formarem a Comissão, e que gostaria que não deixassem de fora as pessoas do Jundiá e do Equador, por entender que a emancipação municipal requer a participação popular e, portanto, é necessário a apresentação de instrumentos solicitando a presença do Poder Legislativo Estadual. Dessa forma, solicitou que a população se manifestasse, requerendo tais providências. Pediu ainda, que não esquecessem a importância da presença do Prefeito James nessa Comissão. Após, destacou que é preciso a aprovação não só da área que irá ser emancipada, mas de todo o Município de Rorainópolis e que, por isso, é importante, fazer uma campanha na Sede do Município, porque lá está a maioria. Ressaltou que o interesse maior é da população de Nova Colina, Equador e Jundiá, mas é necessário convencer todos os moradores da Sede do Município a votar “sim” no Plebiscito. Por isso, a importância de ter o Prefeito James nessa Comissão, porque terão que ser convencer não só a população de Nova Colina, Equador e Jundiá a votarem “sim” no Plebiscito, mas também, a população de todo o Município de Rorainópolis. E, não havendo mais nada a tratar, encerrou a Audiência Pública.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2011.

Remídio Monai

Presidente da Comissão

Aprovada em: 14/05/11

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL INTERNA, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 003/11, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2011.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às doze horas e quinze minutos, no Plenário Valério Magalhães, desta casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Interna, criada através da Resolução nº 003/11, que analisa o **Proposta de Emenda à Constituição nº 001/11**, que “Acresce dispositivo ao art. 12 da Constituição do Estado de Roraima”, sob a Presidência do Senhor Deputado **Jean Frank**, presentes os Senhores Deputados Membros desta Comissão Especial, **Ângela Águida Portella, Ionilson Sampaio, Coronel Chagas e Célio Wanderley** registrada a ausência dos **Deputados Brito Bezerra e Marcelo Natanael**. **ABERTURA:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A Requerimento do Senhor Deputado Ionilson Sampaio, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista o conhecimento de todos em relação ao teor substancial do documento. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Componentes da Comissão. **EXPEDIENTE:** Não houve. **ORDEM DO DIA: Proposta de Emenda a Constituição nº 001/11**, de autoria Governamental, que “Acresce dispositivo ao art. 12 da Constituição do Estado de Roraima”. Relator, Deputado Coronel Chagas. Parecer Favorável. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Relator proceder à leitura do Parecer. O Senhor Relator ressaltou que a Proposta de Emenda à Constituição altera a redação de quatro artigos da Constituição Estadual. No artigo 22-A, ele estabelece que é vedada à administração direta e indireta contratar pessoa jurídica, cujo titulares cotistas ou sócios gerentes tenham sido condenados por improbidade administrativa ou por força de Lei Complementar. Então nesse artigo foi observado que o Estado e Municípios têm contratado, em alguns casos, sem observar a Lei Federal. Portanto, será fiscalizado o cumprimento

disso. Outro artigo é aditar-se ao artigo 110-A, com a seguinte redação: é vedada a transferência de recursos financeiros para entidades privadas que não sejam declaradas de Utilidade Pública Estadual ou que não tenham as respectivas prestações de Contas dos recursos recebidos, aprovados pela Controladoria Geral do Estado ou Tribunal e Contas do Estado, para evitar que a entidade, às vezes, é de Utilidade Pública, pega o recurso do Convênio e não presta contas, pois, quando for no ano seguinte não se sabe o que fizeram com o dinheiro e vem pedir novamente. Então, o artigo 3º, estabelece que o parágrafo 1º do artigo 111, passa a ter a seguinte redação: “As disponibilidades de caixa do Estado, Municípios e do órgãos da administração indireta serão depositados obrigatoriamente em instituições oficiais de créditos, ressalvados os casos previstos em Lei”, o que acontece hoje? A administração direta pode fazer em banco não oficial, enquanto a indireta tem que ser depositada em banco oficial. É isso que estamos estabelecendo, conforme legislação federal, o artigo 4º, adita-se ao artigo 29-A, com a seguinte redação: “Os servidores públicos estaduais ativos, inativos e os considerados estáveis contribuirão com o regime previdenciário único, cuja arrecadação e aplicação dos recursos financeiros, descontados dos servidores da cota patronal, serão administrados pelo Instituto de Previdência do Estado, ressalvados as contribuições legalmente destinadas ao Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, terá que ter uma previsão legal para evitar problemas futuros. Essa previsão tem que ser feita para que no futuro não haja uma aplicação ou destinação errada. Foram pois, esses os comentários. Em prosseguimento fez a leitura do parecer, e informou ainda que o Deputado Brito Bezerra, na última reunião pediu vistas do Processo, e em seu relatório foi citado que a Proposta não estava acompanhado da devida justificativa, entretanto em consulta à Técnica Legislativa a justificativa, quando se trata de Proposta deste Poder não se faz necessário a sua exigência, salvo, quando vem de outros órgãos. O parecer foi submetido à discussão, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade na Comissão. **ENCERRAMENTO:** Às doze horas e vinte cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião. E, para constar, eu, Edelizeia Silva de Oliveira, Secretária, lavrei a presente Ata que, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Jean Frank

Presidente da Comissão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,
REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2011.**

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às dez horas e cinquenta e um minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado **Flamarion Portela**, Vice-Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira e Coronel Chagas, Membros Titulares. Ausentes os Senhores Deputados Jalsler Renier e Rodrigo Jucá. **Abertura:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento da Senhora Deputada Aurelina Medeiros, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Não houve. **Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 001/11**, de autoria do Deputado Naldo da Loteria, que, “Dispõe sobre o exercício de cargos ou função pública no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta e dá outras providências.” Relatora Aurelina Medeiros. Parecer contrário, por ser inconstitucional, vício de iniciativa. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer da Senhora Relatora foi aprovado na Comissão, portanto o Projeto foi encaminhado ao arquivo. **02) Projeto de Lei nº 005/11**, de autoria do Deputado Ionilson Sampaio, que, “Institui no Estado de Roraima o dia do Agente Comunitário de Saúde.” Relator Brito Bezerra. Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado na Comissão.

03) Projeto de Lei nº 006/11, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, que, “Dispõe sobre a Padronização das Escalas de Serviços dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Roraima e da outras providências.” Relatora Aurelina Medeiros. Parecer favorável com Emenda Modificativa à Ementa, com a seguinte redação: Autoriza a Padronização das Escalas de Serviços dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Roraima e da outras providências”. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer com Emenda da Senhora Relatora foi aprovado na Comissão. **04) Projeto de Lei Complementar nº 002/11**, de autoria da Defensoria Pública, que, “Fixa o índice de revisão geral anual, preceituada no art. 37, X, da CF/88, exercício 2011, para os subsídios dos Membros ativos, inativos e pensionistas da Defensoria Pública do Estado de Roraima.” Relator Flamarion Portela. Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado na Comissão. **05) Projeto de Lei Complementar nº 003/11**, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, que, “Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Roraima e dá outras providências.” Relator Coronel Chagas. Parecer contrário, por ser inconstitucional. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado na Comissão. **06) Projeto de Lei Complementar nº 010/11**, de autoria do Poder Executivo, que, “Altera os dispositivos das Leis Complementares nº 030, de 30/06/1999 e nº 079, de 10/10/2004, sobre a estrutura organizacional do Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER e dá outras providências”. Relatora Aurelina Medeiros. Parecer favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer da Senhora Relatora foi aprovado na Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos. E, para constar, eu, Gizelda Pinheiro de Barros, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Flamarion Portela

Vice-Presidente da Comissão

Aprovada em: 02/06/11

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,
REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011.**

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado **Rodrigo Jucá**, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Flamarion Portela e Jalsler Renier. Ausente o Senhor Deputado Chicão da Silveira. **Abertura:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Flamarion Portela, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos **Moção de Pesar n.º 010/11**, de autoria do Deputado Dhiego Coelho, “Pelo falecimento da Senhora **Maria Luiza Pereira**”. O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais designou o Senhor Deputado Jalsler Renier, para relatar à Matéria. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o Parecer. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente, reabriu os trabalhos e constatou na Ordem do Dia a Proposição analisada pelo Relator, solicitando ao mesmo proceder à leitura do parecer. Após leitura, o Senhor Presidente colocou o Parecer em discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade dos senhores Membros da Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, após deliberação da Matéria, encerrou a reunião às nove horas. E, para constar, eu, Gizelda Pinheiro de Barros, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Rodrigo Jucá

Presidente da Comissão

Aprovada em: 02/06/11

**REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES
 REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 2011.**

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e onze, às onze horas, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniram-se, extraordinariamente às Comissões em Conjunto, conforme preceituam os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Assumiu a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à verificação de quorum, constatada a presença de 16 Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme Requerimento verbal do Senhor Deputado Coronel Chagas foi dispensada a leitura, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados devido à distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos o **Projeto de Lei nº 034/11**, que, “Fixa o índice de Revisão Geral Anual, exercício 2011, preceituada no Art. 37, inciso X, da CF/88 e art. 20-C da

Constituição Estadual, combinado com art. 1º da Lei nº 769, de 5 de abril de 2010, para as remunerações, salários, subsídios, proventos e pensões dos servidores, civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo da Administração Públicas Estadual Direta e Indireta e dá outras providências”. O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Marcelo Natanael, para relatar a Matéria. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o Parecer. Após o tempo estipulado, reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente constatou na Ordem do Dia a Proposição analisada pelo Relator, ao qual solicitou proceder à leitura do parecer. Feita a leitura, o parecer foi submetido à discussão. Discutiram os Senhores Deputados Soldado Sampaio, Aurelina Medeiros, Marcelo Natanael, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Erci de Moraes, Coronel Chagas, Sargento Damosiel, Gabriel Picanço. Em seguida, o parecer foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade dos Membros presentes na reunião.

Encerramento: O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos. E, para constar, eu, Gizelda Pinheiro de Barros, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Rodrigo Jucá

Presidente da Comissão

Aprovada em: 02/06/11



**UMA REFLEXÃO COLETIVA SOBRE O
 SISTEMA DE TRÂNSITO TENDO COMO
 OBJETIVO A SEGURANÇA DO CIDADÃO
 E A PRESERVAÇÃO DA VIDA.**



**PLENÁRIO DEPUTADA
 NOÊMIA BASTOS AMAZONAS
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA - ALE-RR**



REALIZAÇÃO:
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

